



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Anderson Leite da Silva

MOVIMENTO DE ECOVILAS NO ESTADO DE GOIÁS

Brasília/DF

2021

MOVIMENTO DE ECOVILAS NO ESTADO DE GOIÁS

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marília Steinberger

Brasília/DF

2021

TÍTULO MOVIMENTO DE ECOVILAS NO ESTADO DE GOIÁS

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Marília Steinberger (orientadora)
Departamento de Geografia – UnB

Prof^ª. Dr^ª. Carla Guldani
Departamento de Geografia – UnB

Prof^ª. Dr^ª. Rebeca Roysen
Postdoctoral Researcher at the University of Basel- Center for Religion, Economy and Politics (ZRWP)

Resumo

O trabalho tem por proposta a pesquisa do movimento das ecovilas no Estado de Goiás/GO, com enfoque no Município de Alto Paraíso de Goiás/GO, analisado sobre a óptica da ciência Geográfica, por intermédio do uso do território disponível para as comunidades e como se diferenciam dentro da região. Demonstra-se notável que a espacialização desse movimento consiste em ações cotidianas voltadas à sustentabilidade, mas que possuem suas dimensões tanto em escala local como em escala global através da Rede Global de Ecovilas. As comunidades fazem parte dos novos agentes inseridos no campo, após a década 1950, e a forma como fazem resistência à urbanização, aos seus valores e as suas intenções. A pesquisa dirige-se às comunidades de Ecovilas no Estado de Goiás, e foi aprofundada na comunidade que situada no Instituto Biorregional do Cerrado e recebe o nome de aldeia Aratikum, que está localizada em Alto Paraíso do Goiás/GO. O objetivo principal da pesquisa é discutir as motivações que influenciam as pessoas para residirem nessas comunidades e em específico discutir a influência da Rede Global de Ecovilas no Brasil, abrangendo sua história no país e suas limitações e contradições. É apresentado, também, o contexto territorial da delimitação escolhida no caso o Estado de Goiás/GO, e o Município de Alto Paraíso do Goiás/GO, no qual sua origem histórica favorece a dinâmica de movimentos de contraculturas. Para analisar as comunidades foram utilizadas a pesquisa bibliográfica acadêmica e pesquisas em blogs de personalidades ligadas aos movimentos de Ecovilas no Brasil, base de dados disponíveis por suas organizações, além de observação dos argumentos apresentados em entrevistas e documentários. Nota-se que Goiás/GO possui um espaço amplo e fértil para contraculturas, nesse caso: as ecovilas. O Estado do Goiás/GO, recentemente, passou pelo processo de urbanização, impulsionado pela criação de Brasília/DF e a expansão da fronteira agrícola. No Estado do Goiás/GO está localizado no bioma Cerrado, repleto de belezas cênicas e uma enorme biodiversidade. Assim, mesmo que o Estado tenha quantitativamente menor número de comunidades reconhecidas, a maior parte de seus integrantes são oriundos de regiões que possuem maior número de comunidades de ecovilas e que são fortemente industrializadas, no caso a Região Sudeste.

Palavras chaves: Ecovilas, território usado, contracultura, Goiás/GO.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

FIGURA 1- Educação para o design de Ecovilas.....	27
FIGURA 2- Logo da GEN.....	29
FIGURA 3- Logo da ENA.....	35
FIGURA 4- Logo do CASA Brasil.....	36
FIGURA 5- Municípios que fazem parte da Chapada dos Veadeiros.....	40
FIGURA 6- Figura da propriedade do IBC e sua divisão por Cristais.....	44
FIGURA 7- Microrregiões da Chapada dos Veadeiros.....	46
FIGURA 8- Banner de divulgação para evento no IBC.....	47
FIGURA 9- Trilha em direção ao rio nas proximidades do IBC.....	51

GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Número de Ecovilas filiadas a GEN por Unidade da Federação.....	42
GRÁFICO 2- Número de assentamentos sustentáveis filiados a CASA - Brasil por Unidade da Federação.....	43

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA- Associação Brasileira de Comunidades Alternativas

CASA- Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina

ENA – Ecovillage Network of the Americas

FMS- Fórum Mundial Social

IBC- Instituto Biorregional do Cerrado

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEC- Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado

IPEMA- Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica

GEN- Global Ecovillage Network

SUMÁRIO

Introdução	8
CAPÍTULO 01. CONSOLIDAÇÃO DAS ECOVILAS NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO	10
1.1 ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, PÓS 1950.....	10
1.2 O TERRITÓRIO USADO COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA.....	14
1.2 HISTÓRICO DE MOVIMENTOS DE CONTRACULTURAS	17
CAPÍTULO 02. HISTÓRIA DAS ECOVILAS NO BRASIL E NO MUNDO	23
2.1– PANORAMA DAS ECOVILAS	23
2.2 REDE GLOBAL DE ECOVILAS	28
2.3 O CASO BRASILEIRO E SUAS ESPECIFICIDADES	32
CAPÍTULO 3. MOVIMENTO DE ECOVILAS NO ESTADO DE GÓIAS	38
3.1- CONTEXTO TERRITORIAL DE ECOVILAS NO GÓIAS	38
3.2- REDE GLOBAL DE ECOVILAS NO GÓIAS	42
3.3 – ECOVILENSES DE GÓIAS EM ALTO PARAÍSO	44
Considerações finais	51
Referências bibliográficas	54

Introdução

O processo de urbanização a nível mundial e nacional, em especial a partir da década de 1950, desencadeou uma série de mudanças no espaço geográfico. Sendo impulsionada por desenvolvimento da indústria, da intensa racionalização da produção e que posteriormente foi observado como processos de usos da ciência em favorecimento da economia capitalista. Apesar da constante e necessária associação da urbanização com o desenvolvimento tecnológico, que é o nascimento de uma ideia positiva de modernidade, tal processo originou uma série de consequências antagônicas e contraditórias, como o desenvolvimento de mazelas sociais como a fome, o desemprego e a violência, e, ainda, questões relacionadas ao modo de agir das populações (SANTOS, 2000).

Com o avanço do capitalismo, a nível globalizado, contradições também acompanharam este processo. No cenário anteriormente apresentado surgiram diversos grupos insatisfeitos com essa ideia de modernidade e de convergência a um único modo de vida, que é chamado de movimento de contracultura. Além do mais é notável que com o avanço do capitalismo em suas várias fases de produção, seguindo a lógica de produzir cada vez mais, acaba-se por danificar os ecossistemas de maneira irreparável. Ocorre que com o progresso das técnicas até a chegada do meio-técnico-científico-informacional o homem passou a dominar quase que por completo o ambiente físico e o utilizar da sua maneira (SANTOS, 2000; SILVEIRA, 2011a). E nesse contexto de consolidação do processo de urbanização e de globalização é que surge o movimento de contracultura espacial de Ecovilas (JUNIOR, 2016).

Já no cenário de movimento de Ecovilas ocorre o movimento oposto do ocorrido durante o êxodo rural, que é o processo de migração para o campo motivado pelo desejo em participar do movimento de contracultura. Até mesmo o espaço rural passou a sofrer fortes influências do espaço urbano, não mais sendo possível analisá-los de maneira dicotômica, mas sim na forma de relação mútua. Após o auge da urbanização o movimento de êxodo rural chega em sua fase de decadência, devido a questões negativas das cidades, e, assim, o campo passa por um processo de ressignificação, de transição do que antes era tido como antigo e obsoleto, passa a ser desejado como um espaço de fuga e de tranquilidade. Portanto, os movimentos de contracultura espaciais do campo fazem parte de um novo perfil de moradores, que não são mais ligados diretamente a atividade agrícola.

Desta forma, o objetivo geral da monografia versa em discutir quais motivações que levam as pessoas a saírem das cidades para irem morar em comunidades de Ecovilas no Estado do Goiás/GO; entender o que o Estado oferece para a materialização dessas comunidades; e analisar como ocorre a inserção quanto a escala nacional e a escala mundial. É necessário entender as comunidades no Brasil e suas complexidades, por isso a discussão quanto as comunidades de maneira autônoma, também em relação ao movimento mundial; buscar então formas para analisar a influência do movimento global no território brasileiro. Desenvolver análise para entender o perfil dos moradores, e por fim observar os atrativos que possibilitam ao movimento de Ecovilas atuar no Estado de Goiás/GO, e em especial no município de Alto Paraíso. Logo, compreender que há um novo agente dentro do espaço rural e que tomar posse de um território para propositura de nova forma de se viver, tanto em relação ao meio ambiente quanto a relação entre a comunidade.

Para alcançar os objetivos foram feitas diversas análises bibliográficas tanto na modalidade acadêmica quanto extra academicamente. Ainda, foram utilizados dados e artigos disponibilizados e divulgados pela GEN(Global Ecovillages Network) e pelo CASA Brasil (Conselho Brasileiro de Assentamentos Sustentáveis) , além de outros artigos disponíveis em blogs e que foram escritos de maneira autônoma. A saída de campo foi realizada no ano anterior a pandemia da COVID-19 e mesmo sendo feita naquela ocasião em uma disciplina realizada com a Universidade de Brasília (UnB) em 2019, embasou como fonte de observação e de participação em ações da comunidade. Para consolidar e os dados qualitativos obtidos, também foram utilizadas entrevistas com especialista no assunto e um documentário que conta a história da comunidade estudada.

A divisão proposta foi feita da seguinte maneira: no primeiro capítulo foi discutido o arcabouço teórico a ser utilizado, começando pela discussão do espaço rural e suas fortes transformações em relação ao avanço da urbanização. Após foi debatido a forma de se analisar o movimento de ecovilas com olhar geográfico, sendo, assim, a categoria de análise do território usado e que forneceu meios para propor a forma de resistência a urbanização que as Ecovilas exercem. E para finalizar o capítulo foi apresentado o conceito e história das contraculturas e contraculturas espaciais, esclarecendo seus objetivos e relação com o território. O segundo capítulo é destinado a linha histórica do movimento de Ecovilas no mundo, até sua chegada ao Brasil, abordando nomes importantes, contextos e eventos marcantes. E, no último capítulo foi o estudo de caso: a aldeia Aratikum sediada dentro do Instituto Biorregional do Cerrado, no qual se inicia com a contextualização do Estado de Goiás dando ênfase as particularidades do Município de Alto Paraíso/GO, foi apresentada a discussão dos resultados

das pesquisas feitas e por fim a conclusão que se propõem em responder as motivações baseadas no território da comunidade.

CAPÍTULO 01. CONSOLIDAÇÃO DAS ECOVILAS NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

1.1 ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, PÓS 1950

A fim de compreender melhor a espacialização das comunidades de ecovilas faz-se necessária uma discussão sobre o espaço rural onde estas se materializam. Segundo Roysen (2013) é no campo que as comunidades encontram condições que favorecem seu estabelecimento e a execução de suas propostas. Dessa forma, será tratado o espaço rural brasileiro a partir da década 1950, período em que se iniciam relevantes transformações nestes espaços, com o avanço do capitalismo e da urbanização, dando novos usos e significados a este espaço. É neste período em que o mundo experimenta uma nova fase do sistema da produção cercado de contradições, os movimentos de contestação iniciam uma nova fase e se tornam relevantes em diversas escalas.

Para se compreender o espaço rural é necessário discutir a respeito de seu significado. O conceito oficial de espaço rural é estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no qual resumidamente rural é o oposto de urbano, pois possui infraestruturas e servem como centro de comando político. É também delimitado pela baixa densidade demográfica (MARQUES, 2002). Entretanto entende-se que a qualificação oficial não compreende a totalidade deste espaço, que passou de um espaço ligado à produção agrícola para uma nova e complexa funcionalidade sendo utilizado por diversos atores (CARNEIRO, 2007; MARQUES, 2002; METTEI, 2015)

De modo geral, há duas maneiras de se trabalhar o conceito de rural e urbano, pode ser através da dicotomia focando nas diferenças existentes entre os espaços, ou no continuum que é observação como um espaço interconectado compreendendo que urbanização atinge toda a sociedade, e transforma, também, o campo, levando ao fim dessa dicotomia entre urbano e rural. A argumentação leva em conta que no campo há muito do urbano e possuem semelhança em suas estruturas não sendo possível uma análise através de suas diferenças, pois são cada

vez menores. O que é proposto por Elena Sarraceno (1994) é a divisão por recortes desejados como regiões, distritos, entre outros. (CARNEIRO, 2007; MARQUES, 2002)

Os primeiros conceitos de rural ocorrem quando o urbano entra em questão, pois diante de intensa modernização e expansão das cidades o urbano era visto como consequência da modernidade. Já o campo foi associado como espaço atrasado, com sua função pré-estabelecida para fornecer alimentos, insumos à cidade, ou, ainda, de que o campo seria um espaço a ser posteriormente urbanizado. O grau de artificialização do espaço no sentido de levar em conta a pressão antrópica como forma de distinguir o espaço rural do urbano, quanto mais artificializado mais próximo da classificação de urbano. Além do mais, outros critérios foram encontrados para essa distinção, sendo a mais relevante a questão do uso da terra. Na cidade não há ligação direta de utilização do solo, ele é usado pelos agentes com outros objetivos e processos, mas no campo identifica-se o *ethos* do camponês, que é o sentimento de pertencimento ao campo. (CARNEIRO, 2007).

A partir de 1950, historicamente ocorrem as modernizações no campo, industrializações e uma intensa urbanização. É que as correntes que ligavam o campo a apenas produção para suprir as cidades foram sendo superadas, pois o campo passou a ser industrial, a oferecer serviços e mais recentemente oferecer uma fuga do caos urbano (CARNEIRO, 2007; MARQUES, 2002). Quando ocorre a modernização e conseqüentemente a ocorrência de um êxodo urbano, o campo se esvazia, a priori, e as cidades recebem enormes quantidades de pessoas. Porém nos últimos anos constata-se em diversos países a começar pela França nos estudos feito por Kaiser (2001)-, uma volta ao campo. (CARNEIRO, 2007; MARQUES, 2002)

É no período pós segunda guerra com o advento da globalização que o campo passa por fortes transformações com a transferência de investimentos tecnológicos para este espaço. O processo de modernização no campo acontece na chamada “Revolução verde” que foi o incremento de novas tecnologias, como maquinários modernos, sementes selecionadas entre outras ferramentas. No Brasil, a modernização foi impulsionada por empresas transnacionais e incentivos providos pelo Estado, alterando a base técnica do campo e dando uso do conceito de SANTOS de meio técnico científico e informacional no campo. (SANTOS; ALVES, 2014)

O conceito de meio técnico científico informacional tem seu ápice de utilização a partir da década de 1970, quando a técnica coincide com a ciência e a informação em torno de um mercado financeiro global. A utilização desse modelo passa a seguir uma intencionalidade e racionalidade entre os agentes hegemônicos do sistema capitalista. Os pacotes tecnológicos

buscam homogeneizar a forma de produção em todos os territórios (ANDRADES; GANIMI, 2007). Entretanto, este processo de modernização intensificou contradições dentro do território como as intensas desigualdades entre pessoas e lugares. Logo, o território abrange a totalidade dos fenômenos, sendo inclusive híbrido, a depende do enfoque, no sentido de que "onde algumas áreas sofrem maiores transformações técnico-científicas em detrimento de outras, na medida que os agentes do capital decidem em quais atividades e em quais localidades aplicar seus investimentos" (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Durante a guerra fria, a disputa por territórios fez com o que os Estados Unidos, EUA, lançassem a Revolução verde como forma de discurso. Ou seja, a propaganda de que essa crescente modernização pudesse acabar com a fome no mundo, já que aumentaria a produção de alimentos. Mas que na prática não foi o que aconteceu, foi só mais uma forma do capitalismo dominar a agricultura (ANDRADES; GANIMI, 2007). Com a inserção definitiva no cenário da globalização o campo também é transformado, da maneira em que multinacionais ocupam este espaço e o começam a usá-lo da sua maneira. Através de seus conhecimentos técnicos e de novos insumos, os agentes do capital progridem cada vez mais a sua influência no campo e por vezes acabavam por assumir papéis que antes eram exclusivos do Estado, como a concessão de créditos. Assim, se desenvolvem uma série de tecnologia modernizante interferindo de maneira significativa no campo. Formando uma agricultura servindo à globalização, no qual até mesmo o tempo é reestruturado face à produção e interesses financeiros internacionais. Já os complexos agroindustriais podem ser entendidos como oriundos de uma reformulação "técnica e política/normativa do setor agropecuário" e, ainda, de acordo com Mazzali (2000) a dinâmica que se instala favorece o aumento de demanda de produto e diversificação (SANTOS; ALVES, 2014)

A utilização do espaço rural por agentes do capitalismo, como forma de reprodução do capital, de maneira em que a Revolução verde para além de uma modernização, também, é encoberta por uma série de intencionalidades que são frutos do fim da Segunda Guerra, em que os esforços antes empreendidos na indústria bélica passaram a compor o arsenal de inovações para o campo. (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Foi durante a ditadura militar que ocorreram os grandes incentivos à modernização, porém, mantendo a estrutura agrária pré-existente dos latifúndios, denomina por seus críticos de uma "modernização conservadora"(ANDRADE; GANIMI, 2007). Desta maneira o Estado passou a dar suporte a tal mudança ao analisar os impactos espaciais da Revolução percebe-se

a expansão da fronteira agrícola, e uma racionalidade em todo o processo começando pela escolha de produção, foram selecionadas as variedades que podem ser comercializadas no mercado internacional como: soja, milho, algodão. E ainda, essa agricultura científica globalizada que se apresenta única e necessária é a mais pura ideologia neoliberal. (ANDRADES; GANIMI, 2007)

Esse sistema produtivo tem consequências espaciais que interferem em toda a sociedade. Pode se começar pela pressão que passaram a sofrer os ecossistemas devastados com maior intensidade. Outro ponto é que dentro do espaço rural os pacotes modernizantes foram excludentes, privilegiaram os grandes proprietários de latifúndios em detrimento de produtores menores e familiares, o que acarretou uma acentuação de concentração de renda e principalmente fundiária, de terra. Sobre essas condições o campo passou a perder contingentes de populações que migraram para as cidades, influenciando no processo de urbanização. Apesar da influência na balança comercial, os lucros da venda de *commodities*, não se reverteram em alguma melhoria social. (ANDRADES; GANIMI, 2007)

Apesar da globalização ter sua propaganda voltada a uma ideia de desenvolvimento a ser seguido traz consigo diversas contradições como: o desemprego, a pobreza e a diminuição de salários. É necessário discutir esse processo que atinge diretamente o espaço rural condicionando a interesses globais, (SANTOS, 2000), não apenas em relação estritamente mercadológica ou de comércio, mas, é também, um processo ideológico que atua no modo de agir das populações, ou seja, até mesmo em atividades corriqueiras, podem encontrar influências de um modo de pensar que invade o território através da mídia. É neste processo que podem ser encontradas técnicas e conhecimentos científicos oriundos de outros países. Logo, com o meio técnico, é possível o mundo convergir na mesma hora, no sentido de estar conectado aos diversos lugares, e tornando eficaz uma até mesmo uma finança global. (SANTOS, 2000).

Como já mencionada a globalização também interfere diretamente no modo de se pensar, de se agir, de compreender as necessidades e tomadas de decisões políticas e uma delas é a questão da resolução de crises que são na verdade, também, econômicas, mas que afetam todas as outras estruturas, como política e social. Além de oferecer um único remédio em diversos territórios, que por vezes acaba por agravar as mazelas sociais presentes na contemporaneidade. É ainda mais perversa no sentido de que se trata de um abuso do dinheiro

e da informação, e afeta até mesmo as relações pessoais que passaram a ser voltadas a uma competitividade sem limites derivada da produção e consumo (SANTOS, 2000).

1.2 O TERRITÓRIO USADO COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA

Para uma análise mais apurada e que seja apropriada para o estudo em questão, será utilizado o território, mais precisamente a categoria de Território Usado proposto por SANTOS (2001). Que busca compreender as Ecovilas como um território no qual é apropriado por seus moradores, que podem ser chamados de Ecovilenses, e estes o usam da sua maneira. É este uso voltado a sustentabilidade e preservação ambiental que tornam os Ecovilenses em uma comunidade coesa e que exercem certa resistência aos processos de urbanização, em sua forma mais abrangente.

A ciência geográfica por vezes é trabalhada separadamente, uma divisão que limita e enfraquece a ciência com um todo. Sendo assim entende-se que a Geografia precisa ser trabalhada de forma a tentar ao máximo compreender os agentes e atores envolvidos no espaço geográfico. E o conceito de território apresentado possibilita esta análise mais minuciosa e rica de informações. Mas, antes de se debruçar ao conceito, é necessário observar a história, e perceber como chegou a definição e aplicação que possui hoje. (ALMADA, 2014).

O conceito de território pode ser comumente confundido com o de espaço, não sendo possível elaborar uma boa base conceitual para essa análise. Tal confusão pode ser encontrada e discutida nas obras de SPOSITO (2004), RAFFESTIN (1993) e SANTOS (2001). Por isso é necessário se atentar às nuances entre os conceitos, e, assim, elaborar uma observação com maior eficácia. Como observado, a análise do território se inicia diretamente ligada ao poder e, por isso, então os primeiros autores ligaram o território diretamente a questões relacionadas à manutenção do Estado, ou seja, o território como base do Estado-nação (ALMADA, 2014). Para melhor compreensão nota-se que o território é base para o Estado, na medida em que este oferece meios para existência. Um dos precursores é RATZEL que observa o território como forma de manutenção de poder, e também foi o primeiro a considerar o homem como sendo parte desse território. (ALMADA, 2014).

Esta perspectiva voltada exclusivamente ao Estado-nação apenas foi superada durante a década de 60 e 70, momento em que a Geografia passou por uma série de mudanças

conceituais. Neste período surge a dialética dentro da análise territorial, entre os que possuíam poder e os que não o tinham. (ALMADA, 2014; SANTOS; SILVEIRA, 2006).

A categoria do território usado é o mais apropriado para o estudo pois consegue atuar com um conjunto de objeto e ações. É importante notar que através desta categoria é possível uma análise territorial, em que os agentes hegemônicos garantem seus interesses, pois:

‘‘Deste modo o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercícios das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. (SANTOS, 2006).’’

O conceito de território usado é proposto justamente na década de 1990, época em que o neoliberalismo estava em ascensão e a participação do Estado cada vez menor (SANTOS; SILVEIRA, 2006; SILVEIRA, 2011b). Nesse período buscando aprimorar e testar as teorias de MILTON SANTOS, descrito na obra *Natureza do Espaço*, é feita uma análise territorial no Brasil.

Para entender o caminho percorrido até o território usado pode-se usar trabalhos de MARIA LAURA SILVEIRA (2011), no qual a autora faz um trajeto a respeito do livro *Brasil Território e Sociedade do Século XX*. Deve-se começar ao analisar outros autores que também se debruçaram sobre o território, foram usados três como referências que foram: além, de RATZEL; VALLAUX (1914), GOTTMAN (1975) E ISNARD (1982). Discorreram sobre o território, argumentavam que além de um domínio do Estado e também têm suas próprias características e seus conteúdos. E, ainda, que as condições naturais estejam nestas interpretações devem entrar como somatório ao conteúdo político.

Logo, SANTOS entra no debate questionando o apego teórico dos seus antecessores. SANTOS afirma que é o uso do território que possibilita a sua apropriação por uma sociedade, ou como afirma LATOUR, (1991), se trata de uma crítica à obsessão pela epistemologia, sem que ela possa ser de fato aplicada. Sendo assim, um dos grandes diferenciais propostos por SANTOS, no caso do território usado, é o seu uso não apenas pelo Estado mas por todos os atores presentes. Assim o território usado é como a materialização e a coexistência de diferentes tempos no mesmo espaço. Isso só ocorre pois “o território usado abriga as ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, e as ações presentes, aquelas que se realizam diante dos nossos olhos.”. (SILVEIRA, 2011 p.154). Nesse sentido é visto como um híbrido

em relação aos tempos e que essa condição permite combinação de sentidos, atribuídos a ações passadas e presentes. (SILVEIRA, 2011b).

O território não é estático, sendo construído e reconstruído com o passar do tempo, pela sociedade que nele atua. É feito por suas diversas instâncias de produção, sendo a categoria necessária para a concretização dos interesses de seus atores e uma prática de intencionalidades voltadas a um desejo futuro, ou seja, o uso do território no presente é condicionado a um desejo de alcançar um objetivo no tempo futuro. (SILVEIRA, 2011b). Ao se contar a história de um dado território faz-se através dos sistemas técnicos. Dessa maneira é possível analisar a divisão territorial do trabalho, o que também cria hierarquia entre os lugares. “ A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento da formação socioespacial, a capacidade de agir das pessoas , das firmas e das instituições.” (SILVEIRA, 2011p.155). Ao se descrever a história se faz através da ordem que vai do meio natural ao meio técnico até chegar ao meio técnico científico e informacional. É através dos usos do território é que pode se compreende-lo melhor através de seu movimento entre os diversos atores, que interagem entre si. A divisão territorial atua de maneira mais clara quando observa se

“Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, que permitem, ao mesmo tempo, pensar o território como ator e não apenas um palco, isto é, o território no seu papel ativo. A cada nova divisão internacional do trabalho no planeta o território ganha novos usos e desvaloriza os antigos.(SILVEIRA, 2011p.155).”

Logo, o que deixa a categoria de território usado como a mais indicada é a condição de que há uma inseparabilidade entre materialidade e ação, nesse sentido é justamente a ação que confere o uso do território, e não apenas a materialidade. Através da ação é que pode se dizer que o território está sendo usado por alguém. As ações é que estabelecem as normas e a política que ali foram adotadas. (SILVEIRA, 2011b).

No caso das comunidades alternativas, as contraculturas, o território usado é a forma de se expressar e resistir ao domínio do sistema hegemônico, no sentido de ações dentro deste território delimitado, esses grupos vão contra o esperado no espaço urbano no processo, descrito por SANTOS (2000) “A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”. E através da solidariedade entre os indivíduos e suas propostas voltadas a um modo de vida sustentável, as comunidades

traçam sua luta por um mundo ideal. A importância do território se faz de tal maneira que as exigências para o início de uma comunidade são alguns atributos físicos como regiões com proximidade a água, mas também de que a comunidade compartilhe o mesmo objetivo e a mesma filosofia de vida. Pois, a ideologia se faz realidade através dos objetos e se materializa como discurso, meio de se pensar e de agir. (SANTOS, 2000).

1.3 HISTÓRICO DE MOVIMENTOS DE CONTRACULTURAS

Como discutido, o espaço rural se complexifica a partir da década de 1950. Isso se deve novamente ao fato de que o processo de urbanização foi contraditório e trouxe consigo diversas mazelas, como: poluição, desemprego, violência, entre outros (SANTOS, 2000). Com esse cenário, as cidades passam a não ser mais desejadas por alguns grupos de pessoas. KAISER (2001) observou contingentes de pessoas oriundas das cidades retornando ao campo. Essa mudança estava relacionada a uma busca por melhores condições de satisfação, e estes migrantes não possuíam ligação direta com a natureza, no sentido de não terem sido educados no campo. Como essa nova categoria não é nativa do espaço rural, e não possuía o *Ethos* de camponês, no caso Francês foram chamados de “*citadin ai village*” ou então os Neo rurais, em geral formados por pessoas de classe média. (MARQUES, 2002).

Há ainda outra simbologia atribuída ao campo que é ligada ao oposto do urbano, no sentido de que se nas cidades há muita poluição e violência, no campo deverá ter-se ar puro e paz. O que se tem é um desejo pela paz que o campo poderia oferecer. Além do mais, o processo de urbanização é constante, o que o que pode levar o meio físico a se tornar cada vez mais raro. A partir desse momento há uma idealização do campo. Se antes o campo era ligado ao atraso e ao passado e visto como indesejado, a partir desse período passa a ser cobiçado por grupos da sociedade (MARQUES, 2002; SILVA, 2013).

No caso exemplificado pode estar a chave para o entendimento desta nova ocupação e uso do espaço rural, que está relacionada a novas maneiras de se viver. Novos agentes passaram a atuar no espaço rural, deixando claro que há a necessidade de se discutir o rural em sua totalidade. Apesar do caso Francês ter a denominação de Neo-rurais, o caso Brasileiro apesar de conter semelhanças pode não se encaixar no conceito de KAISER. Pois o caso Brasileiro extrapola o retorno ao campo, pois são adicionados elementos dicotômicos do “velho rural” e novos que até então não haviam sido observados no espaço rural, tais como uma multiplicidade de atores que não mais se relacionam apenas com as atividades de agricultura. (METTEI,

2015). Neste sentido o campo também passou a ser ocupado por contraculturas espaciais como o caso das ecovilas. Durante a década de 1950, o mundo como um todo passou por grandes transformações e as guerras trouxeram para o cotidiano um gama de novas tecnologias. Essas novas ferramentas passaram a ocupar diversos espaços e foram essenciais para reconfigurações do espaço, tal como o advento da Revolução verde que modificou o modo como era ocupado o espaço rural brasileiro. (ANDRADES; GANIMI, 2007; SANTOS; ALVES, 2014). Há a questão da ideologia, logo não são apenas o forte desenvolvimento tecnológico que estava em curso, havia uma padronização social de valores. (JUNIOR, 2016; VIOLA, 1986). Durante esse grande período de industrialização e perpetuação do capitalismo, o meio ambiente ou os recursos naturais, foram severamente danificados. Isso está ligado às formas de intervenção do homem no planeta, como aquelas de grande impacto como a energia nuclear e os resíduos produzidos pela atividade industrial. (SILVA, 2013; VIOLA, 1986).

Neste contexto também surgiram os movimentos que se colocam contrários às consequências desse novo modelo de sociedade: pessoas que se opuseram de todas as formas possíveis, desde um pacifismo radical até a formação de guerrilhas. Mas no caso apresentado, basta os movimentos que usaram táticas mais pacíficas e políticas, associadas a práticas culturais (KAMINSKI, 2016). Naquele momento ocorreram grandes eventos, a níveis mundiais, voltados à questão ecológica do planeta, (como Estocolmo em 1972), pois já havia um certo de grau de consenso de que os recursos são finitos, e logo acabariam. E assim os movimentos ecológicos surgiram como forma de contestação da atual sociedade e propondo alternativas ao sistema predatório (VIOLA, 1986). E os movimentos sociais de contestação eclodiram no mundo a partir da década de 1960, embora não tenham sido os primeiros. Pois, foi a época do fim da Segunda guerra mundial, e como uma das consequências do conflito que grandes desenvolvimento tecnológicos e novas técnicas foram destinadas também para a população civil. Outro ponto era o crescimento econômico e a consolidação de uma classe média em ascensão, esta última mostrando apego a valores ligados à família e à pátria. Os principais atores envolvidos nos movimento de contestação eram a juventude, que naquele momento já possuía acesso a grande veículos de informação como a televisão, e também estavam entrando nas universidades (ZOUAIN, 2019). Um dos anos mais emblemáticos foi protagonizado pela juventude no ano de 1968. No qual diversos movimentos eclodiram no mundo, de forma geral tinham por objetivo se contrapor a cultura dominantes e valores da época. (KAMINSKI, 2016)

No contexto de disputas por domínio ideológico, o ocidente capitalista cria uma figura caricata para ser combatida: os comunistas. Mas dentro desse inimigo não estão inclusos apenas os comunistas propriamente ditos (aqueles associados a partidos ou movimentos sociais), mas enquadram todo o tipo de organização de contestação dos valores ocidentais. Dentre eles estavam as comunidades movimentadas pelo movimento *Hippie*, reconhecidos por seus cabelos longos, tatuagens, e mesmo uso terapêuticos de drogas ilegais, que teve sua atuação mais expressiva nos Estados Unidos durante a década de 1970 (KAMINSKI, 2016).

Ao se observar este período favorável a todas as manifestações contra hegemônicas, o termo “contracultura” pode ser utilizado para o estudo desses movimento heterogêneos de contestação social (SILVA, 2013). Possuíam em comum algum tipo de ruptura cultural, social ou política, ou seja, propunham novos paradigmas sociais. Pode ser usar a definição de LEON KAMINSKI, “As manifestações e movimentos que buscaram a transformação da sociedade por meio de mudanças culturais surgidos na década de 1960, embora heterogêneos e fragmentados, passariam a ser denominados como contracultura.” (KAMINSKI, 2016p.469)

O início do movimento de contracultura ocorreu justamente na década de 1950, através dos chamados *Beatniks*, que eram descritos:

“Este grupo, deixava-se levar pelo lado lúdico e criativo, desprezando a mentalidade inclinada à satisfação por possuir uma carreira regular e que lhes rendesse um bom desempenho econômico e ascensão social. Assim, podemos considerar os *Beatniks* como o grupo pioneiro e impulsionador do movimento contracultural que veio a eclodir nos anos de 1960.” (ZOUAIN, 2019, p.16).

Essa geração foi forte principalmente no que se trata das artes e teve como um de seus expoentes o poeta Allen Ginsberg, que utilizou suas poesias como forma de confrontar a estética dominante. No sentido de abandonar as formas mais tradicionais de escrita literária, e sua rebeldia foi justamente a forma de produção de arte, que para ele deveria ser livre e espontânea, negando a artificialidade. (ZOUAIN, 2019).

As contraculturas tinham como horizonte a possibilidade de sair do sistema, e logo agiam de diversas formas, inclusive no cotidiano com atuando através de suas rotinas. Em cada ação humana. Dentro das possibilidades de novas realidades surgiu a de construir uma nova comunidade, uma que fosse alternativa. Foi a partir de década de 1960 que esse movimentos passaram a se especializar dessa maneira (ZOUAIN, 2019). O que deve ser entendido como um ponto comum entre esses movimentos é a marginalização. E neste sentido, tanto no Brasil

da ditadura quanto em outros países, havia um senso de coletividade em torno desses ideais, que eram expressos em encontros entre os interessados, em que ocorria a troca de experiência e a construção de novos conhecimentos, como as feiras *hippies*. Logo nota-se que se trata de um movimento global de contracultura, que se multiplica em diversos países. (KAMINSKI, 2016).

Quando o movimento de contracultura opta por se especializar por ocupar um território, pode se denominado de contracultura espacial, (SILVA 2013). Ou seja, essa produção de um novo espaço ocorre de forma contrária ao modelo capitalista de produção espacial . Para utilização deste importante conceito usa-se a definição utilizada por LUIS FERNANDO DE MATHEUS E SILVA (2013):

“Contra a produção capitalista do espaço, objetiva-se a “criação ecológica do espaço’ no contraditório e complexo processo de sua formação, a apropriação de saberes e práticas “tradicionalistas”, bem como o desenvolvimento e o uso de tecnologias e técnicas que se valem do trabalho concreto e não alienado, que se relacionam diretamente com as condições geográficas locais, que utilizam eficientemente os recursos disponíveis e que geram o mínimo possível de entropia, ganham centralidade, podendo desse jeito, abrir caminho para um processo alternativo de produção.” (p.121)

Há, de forma geral, dois modelos pelos quais as contraculturas espaciais adquirem formalmente sua área. A forma horizontal, quando um grupo de pessoas com os mesmos ideais conseguem adquirir um terreno para a suas práticas ou de forma vertical em que apenas uma, ou poucas, pessoas conseguem acesso ao terreno, para depois materializar o seu objetivo, (SILVA, 2013).

Mas embora as novas propostas de vida fossem contrárias aos valores da sociedade capitalistas ocidental, esses movimentos no geral, não enquadravam e nem eram reconhecidos por movimentos organizados da extrema esquerda (comunistas). Ao contrário repudiavam os movimentos de contracultura e os acusavam de serem “alienados, despolitizados e individualistas”, (KAMINSKI, 2016). E apesar desses conflitos ideológicos, otimizados através da propaganda, as contraculturas espaciais não surgiram apenas no período pós guerra de mundo dividido. As contraculturas espaciais podem ser divididas em três fases, que são, segundo, MATHEUS E SILVA (2013):

(1) A primeira etapa ocorreu no sec. XIX, entre os anos de 1815 a 1848, momento de crise no capitalismo na Europa. Crise ocasionada por conflitos em questões de superprodução industrial e subprodução de alimentos. Neste momento os primeiros movimentos anti-sistêmicos e de repulsa às atribuições da modernidade, fizeram parte de maneira marginal e influenciado por experiência do socialismo utópico;

(2) A segunda fase ocorreu no final da década de 1960 em outra crise do capitalismo, no período em que a etapa Keynesiana se dissipa e dá lugar ao neoliberalismo. Essa fase pode ser descrita como “fortemente influenciadas pelas discussões e debates suscitados pelos movimentos contraculturais que colocavam em xeque os padrões, instituições, valores e estruturas de pensamento estabelecidos e consagrados pela cultura e pela racionalidade moderna.” (SILVA, 2013, p. 53).

(3) Já a terceira fase, a contemporânea, é a continuação do movimento da década de 1960, mas que tem seu início nos anos de 1990. Nesta atual fase, é marcada por mais contradições e pela forte inserção de questões ambientais, que entram no debate na fase da globalização no capitalismo. (SILVA, 2013).

Como abordado, existem diversas formas para essa espacialização, a depender de cada período histórico com suas contradições, mas que podem ser interpretadas como “...experiências concretas de organização social alternativas e de cunho contestatório” (SILVA, 2013, p. 49).

No contexto mundial, o Brasil não ficou de fora e também foi influenciado pelas duas correntes de modo de vida, a dos países capitalistas do norte e a contrária (contracultural), que também tem suas origens nestes países. Como observado, há duas vertentes que atuam no processo de globalização: uma produzida pelos detentores do capital, e outra por setores populares (SILVA, 2013). No Brasil, houve suas especificidades. A primeira é o próprio nome que foi atribuído a estes movimentos de contracultura no geral, que foi denominado de “desbunde”. O termo de caráter pejorativo era a forma de descrever as ações de valorização do coletivo ao invés do individualismo. Desta forma:

“O termo acabou sendo apropriado e, em certa medida, positivado pelos jovens no começo dos anos 1970. Desta forma, desbunde passava a denominar tanto um novo estilo de vida quanto a estética ligada a ela e a novas formas de resistência cotidiana”. (KAMINSKI, 2016,p.470).

Embora tenha sido um movimento mundial ecológico, havia diferença, e ainda há, em condição para que esses movimentos pudessem existir e a maneira como agiam em cada país. Já neste período existiam divisões quanto ao desenvolvimento, que eram as classificações de países de Primeiro, Segundo e Terceiro mundo. Como bem explica EDUARDO VIOLA (1986), os desafios de cada país eram diferentes, pois nos classificados como “Primeiro mundo” a população podia ter acesso ao mínimo de bem estar (moradia, saneamento, transporte etc). Já os dos países do hemisfério sul, não possuíam esses direitos mínimos, então tinha uma combinação problemática, que é a degradação ambiental e uma forte injustiça social. E se observado no espaço rural desses países:

“Os pobres do campo são sempre as vítimas, e muitas vezes os agentes, de perturbação ecológica: cultivam as encostas que deveriam ser deixadas cobertas de árvores, usam agrotóxicos em escala indiscriminada expondo suas próprias vidas, além do conjunto de ciclo biológico. O estado, a burguesia local e as corporações multinacionais são tão predatórias em relação ao meio ambiente como o são em relação a força de trabalho.” (VIOLA, 1986, p. 03).

O movimento de contracultura ocorreu em diversos países do globo e inclusive no Brasil. Durante o ápice do movimento, o Brasil estava entrando em um período de ditadura militar, o que dificultou mais os acessos a informações, e nesse período também ocorreram grandes projetos de desenvolvimento tecnológico. Mesmo assim, o país conseguiu experimentar o movimento de contestação, tendo iniciado no campo das artes, como a Tropicália e os movimento psicodélicos (KAMINSKI, 2016). Há um fato que deve ser observado, ao mesmo tempo que esses movimentos de contracultura eclodiram de diversas maneiras, havia também a articulação de movimentos sociais, em que ambos agiam tanto na cidade como no campo. (LOPES, [s.d.]; SILVA, 2014; ZOUAIN, 2019).

Como observado, os movimentos de contracultura começaram a se especializar, e posteriormente a produzir seus espaços. E a partir da década de 1960, atribuindo novos usos a eles. Como apontado por ELLEN ZOUAIN (2019), um dos fatores mais significativos foi o nível de instrução que estas pessoas possuíam, pois além de serem jovens descontentes, boa parcela já possuía ou estava em processo de formação acadêmica. Embora a mídia tenha propagado o movimento de maneira pejorativa, o resultado foi o oposto, servindo como uma propaganda para os movimentos. Os movimentos ligados a contracultura, a nível mundial, também se aproveitaram massivamente dos meios de comunicação. Estes que foram uma das

formas mais eficientes para a expansão da globalização, como uma espécie de propaganda do que deve ser feito e consumido, (SANTOS, 2000; SILVA, 2013).

Neste sentido o uso do rural aparece diluído na literatura, mas ainda assim remete ao campo um papel de conciliação com a natureza (LOPES, [s.d.]), no sentido mais ortodoxo da definição de campo: aqueles voltados a uma menor interferência antrópica. Sendo assim nota-se que após a década de 1970, houve uma intensificação do processo de urbanização e suas consequentes periferias, sendo acompanhada de uma industrialização, que trouxe consideráveis transformações e, principalmente, contradições. Tendo a urbanização uma série de mazelas, mas que ao mesmo tempo não há muitas alternativas, pois quando o sistema capitalista opera mais degradação ele causa ao meio ambiente. Neste cenário ocorre a valorização da natureza, pois ela se torna cada vez mais escassa, e os signos vinculados a natureza passam a receber valores mercadológicos, (HARVEY, 2009; SILVA, 2013).

É no campo também que a possibilidade de se experimentar novos meios de vida, se torna possível, já que a matéria prima para qualquer produção só pode ser encontrada na natureza. Como é o caso das propostas de alimentação, no qual é necessário espaço adequado para sua própria produção, no caso das hortas. E é neste espaço rural, que é disputado por diversos agentes, que as Ecovilas estão estabelecidas, no caso Brasileiros, e neste espaço que é possível ter condições para uma proposta de autonomia em suas necessidades. Como mencionado, o espaço rural pode fornecer as matérias primas para condições de produções próprias, no cultivo de seus próprios alimentos, como também há o espaço necessário para experimentação de novas práticas e tecnologias, que são inviáveis nas cidades, por questão de espaço e legislação, (ROYSEN, 2013).

CAPÍTULO 02. HISTÓRIA DAS ECOVILAS NO BRASIL E NO MUNDO

2.1– PANORAMA DAS ECOVILAS

Ecovilas são comunidades intencionais formadas por pessoas dispostas a deixar a vida na cidade, para vivenciar uma forma diferente de se relacionar com o espaço e a com sociedade. Os objetivos dessas comunidades estão centrados em uma busca constante em um modo de vida mais sustentável, de maneira em que seja viável um uso das fontes naturais com o menor impacto possível. Estão presentes em diversos países, cada qual com suas especificidades e

seus desafios, mas que compartilham uma rede em comum trocar experiências e formar uma história.

Estas comunidades são formadas por variadas pessoas, não sendo possível definir um grupo étnico específico em sua composição. O que deve se levar em conta em sua proposta, é de que maneiras são possíveis uma vida alternativa no sentido mais amplo, e em diferentes dimensões. Tendo como prioridade um modo de vida que tenha o menor impacto negativo ao meio ambiente. É também objetivo de fornece um espaço, no qual seus participantes tenham contato com todas as sensações possíveis, que experimentem o meio natural tal como este é sem a interferências. (ROYSEN, 2013)

É também um modo de responder a crise civilizatória dos tempos modernos, através da consolidação de um *ethos* com o planeta, por meio de ações que busquem reaproximar os homens do meio e em busca de uma nova temporalidade, deixando de lado a da civilização ocidental, (JUNIOR, 2016). Logo, também o que se tem é uma ruptura até mesmo no âmbito pessoal de suas práticas, pois o hábito de quem vive na cidade tende a ser condicionado desde seu nascimento, e nas comunidades as rotinas são quebradas, para outra nova, que deve se fazer o esforço para ações voltadas a uma vida sustentável. Logo as Ecovilas também atuam no subjetivo de seus moradores, através de suas práticas cotidianas, buscar a melhor maneira de romper com egoísmos acentuados e corriqueiros. Isso ocorre porque até mesmo os corpos estão anestesiados buscando por prazeres momentâneos, como o consumismo, (ROYSEN, 2013, 2018a).

A utilização do termo “Ecovila” está associada em diversos modelos organizacionais, incluindo aqueles que estão voltados ao lucro financeiros. Como é o caso de alguns empreendimentos imobiliária que se utilizam deste nome, por possuírem alguma técnica ou objeto sustentável, para vender uma ideia de negócio consciente. Como argumentado na tese de JUNIOR (2016), que após analisar as origens do nome em 3 casos, concluiu que para se ter um território com esta denominação deve se ter como objetivo um modo de contestação do modelo de vida vigente. Se faz importante também buscar entender como se caracteriza esse modo de vida, que em um Ecovila é posto como indesejável, pois:

“Observa se, que desde da sua origem , o conceito de Ecovilas apresenta Características vinculadas a busca por transformações na forma como seus Proponentes lidam ou se integram aos ecossistemas terrestres, bem como Reforçam a vida como um valor a ser vivido.” (JUNIOR, 2016).

Sendo assim, é necessário entender a atuação mais subjetiva das Ecovilas no sujeito, pois, assim será mais plausível entender essa nova realidade no qual estão inseridas, compreendendo a normalidade convencional. Como esclarecido um objetivo é a busca por uma vida sustentável de fato e para que seja possível alcançar é necessário mudanças nas ações individuais também, pois de acordo ROYSEN, (2018), há uma diferença entre a consciência ambiental e o pôr em prática. Já que não faz parte do cotidiano dessas pessoas ter a sustentabilidade como objetivo, neste sentido de que as ações são consequências da realidade no qual está inserido, logo se esta realidade não está alinhada com sustentabilidade, não há a prática para tal.

A realidade da comunidade se baseia nos princípios apresentados, mas que não é algo visto como de fácil conformação já que é necessário mudar o cotidiano daqueles que buscam a vida alternativa. De acordo ROYSEN (2018), o conceito de *Habitus* cabe ao entendimento para analisar essas práticas sociais que são incorporadas nos indivíduos desde do nascimento. Então é necessário trabalhar para romper essa “normalidade” posta nos indivíduos, que são atreladas através de elementos materiais, simbólicos e competências.

Competência para atuar da maneira de como os indivíduos estão dispostos a aprender a viver de outra forma. Seja na comunidade, em relação a convivência entre os membros, que por vezes são conflituosas, mas é necessário uma resolução para que a comunidade continue a prosperar. Romper com um dos desejos mais banais e potentes do mundo capitalista, o individualismo, é necessário para a introdução de novos membros no movimento. (ROYSEN, 2018). E ainda de acordo com ROYSEN (2018), a Ecovila atua em alguns fatores bem específicos, que ajudam a compreender melhor os desafios que são postos dentro de uma comunidade, que são eles: normas sociais; infraestruturas e elementos materiais; elemento simbólico, além da já citada competência. Todos esse atuam diretamente nos indivíduos, e possibilitam a realização de suas demandas. A questão é que dentro de Ecovilas esses fatores devem ser alterados, ou seja é preciso que ocorra além da vontade sustentável a adequação para a prática cotidiana. E como nenhum individuo está isento de influências de seu contexto, é justamente no uso do território de uma comunidade de Ecovila em que esses fatores se tornarão um exemplo a ser seguido, um padrão desejável.

As normas sociais são entendidas como o modelo de sociedade consideradas normais, logo, tudo aquilo que é ensinado direta e indiretamente ao indivíduo que vive dentro de um sistema de norma dominante. Então, ainda que haja uma consciência ambiental de que o modo de produção é insustentável, o que também já é tratado de maneira diferente por HARVEY

(2000) e SANTOS (2000), não há uma forma alternativa viável sem redução dos lucros . O que pode ocorrer de membros deste nicho serem taxados de “radicais” pela ideologia dominante. Em relação as infraestruturas e materiais as cidades tendem a dificultar a adoção de algumas ações sustentáveis, como a falta de espaços, em que se possa utilizar uma composteira por exemplo, alternativa aos resíduos orgânicos, como também muitos entraves legais. Outro aspecto, é que não há planejamento urbano voltado a esse modo alternativo, ou quando ocorre se da maneira bem restrita, como a implementação de farmácias vivas em canteiros dentro de escolas públicas. E o autoconhecimento é a parte do interesse em realmente mudar e abrir mão da rotina já estabelecida, mais especificamente reconhecer seus hábitos e vícios que são frutos dessa “programação”, (ROYSEN, 2018).

Não é o território delimitado da Ecovila que a faz como Sustentável, mas está intimamente ligado ao estilo de vida dos moradores, que através da adoção de novas práticas sociais possibilitam uma redução de desgaste ambiental em seu cotidiano, (ROYSEN, 2018). Mas como já ressaltado a adoção de novas práticas sociais possui condicionantes. Se tratando de Ecovilas essas práticas podem ser incorporadas, pois não serão vistas como alienígenas, mais especificamente sobre ações, mas também sobre meios técnicos, (ROYSEN, 2018).

Dentro de uma Ecovila ocorre uma nova normalidade, voltada a atender seus objetivos, o comportamento se torna consensual na medida em que é adotado por diversas pessoas, sendo notado como o correto. Desta maneira quando estas ações se voltam para uma perspectiva de sustentabilidades passam a compor a normalidade do território. Mas não seria possível essa adoção das práticas se não houvesse meios para tal, então o que se encontra como determinante em uma comunidade, são as infraestruturas destinadas a sustentabilidade. Desta maneira fica visível a toda a comunidade a ação de seus integrantes, tornando desejável a rotina, (ROYSEN, 2018a).

Logo o deslocamento para a comunidade e sua fomentação precisa partir de um princípio individual de que “A decisão por viver em uma ecovila surge a partir de um questionamento intelectual sobre a forma como a sociedade está organizada”, (ROYSEN, 2018). Derivado de um espírito global, já que o movimento está presente e em diversos países do mundo, essas pessoas buscam novos espaços de moradia acompanhados por uma perspectiva, holística e vinculado a natureza, (JUNIOR, 2016), A imagem a seguir, [FIGURA 01], resume as visões de uma comunidade:



FIGURA 1: Educação para o design de Ecovilas. FONTE: Gaia Education (2002).

As Ecovilas como denominadas por ROYSEN como “nicho de novas normalidades” estão dentro do conceito de Nichos de Inovações de Base, que resumidamente podem ser entendidos como “laboratórios” protegidos para experimentação de novas normalidades. Fora dessa proteção a adoção de práticas sustentáveis e uma conexão mais próximo com os semelhantes, se torna um desafio quase que intransponível, pois são práticas consideradas “anormais” e tão pouco seriam estimuladas. Ainda assim, não é viável para uma comunidade específica se manter isolada de outras, pois é através da troca de experiências entre comunidades que se tem o fortalecimento do movimento, (ROYSEN, 2018). Logo, o que se tem a importância da rede de Ecovilas e suas diversas escalas de atuações será devidamente discutido posteriormente.

As comunidades Ecovilas possuem origens nos primórdios dos anos 70, sendo significativa a influência do movimento *hippie* e outros de contracultura. E são nos países do norte onde este movimento se inicia, em momentos de grandes transformações sociais

impulsionados por guerras, industrialização, (JUNIOR, 2016). Como pode se citar o caso da Alemanha, em 1980, em ações com movimentos antinuclear, no qual grupos que se apropriaram de discurso ecológicos protestaram e ocuparam áreas próximas as plantas de energia nuclear. Estes foram denominados de uma Ecovila, mas que ainda não se encaixaram no conceito que prevaleceu a partir da década seguinte (JUNIOR, 2016).

Segundo o levantamento feito por SILVEIRA JUNIOR, (2016), as Ecovilas não foram as primeiras comunidades a se preocuparem com as questões ambientais, mas nas concepções analisadas pelo autor o que evidencia o surgimento deste movimento em específico e o encontro de pessoas para ocupar de maneira coletiva e propor um novo paradigma para viver, em respeito com a natureza e com os seus semelhantes. Então, se tratando do contexto da crise do mundo moderno, as Ecovilas se colocam contra o modelo civilizatório hegemônico através de uma ação coletiva. Que vão desde a escala local até o global. Desta maneira se apresenta como formação socioespacial, de contracultura ou alternativo, (JUNIOR, 2016).

Apesar das múltiplas origens do termo tem-se como marco a proposta feita por um casal HILDOR E ROSS JACKSON que fundaram a fundação filantrópica *Gaia Trust*. Seus objetivos eram referentes a fomentação de Ecovilas, como forma de transformação social e suas estratégias para alcançar determinado fim. E através do financiamento dessa fundação que se tem início a um projeto global de Ecovilas e a própria fomentação da Rede Global de Ecovilas (Global Ecovillage Network), (JUNIOR, 2016). Também a intenção do casal era de investir em uma comunidade que pudesse dar respostas inclusive econômicas as grandes crises do mundo. Sendo, assim, as ecovilas seriam responsáveis por prover meios para a transição para uma vida mais sustentável, (PRADO, 2018).

2.2 REDE GLOBAL DE ECOVILAS

A Rede Global de Ecovilas (GEN) surgiu como uma organização voltadas a fomentação das Ecovilas e suas atividades, não necessariamente dizer quais assentamentos podem ser considerados uma Ecovilas por definição, embora a rede tenha um conceito específico. Mas se baseia no intuito de fornecer informações sobre o objetivo das Ecovilas, que são voltadas a um modo de vida sustentável, (JUNIOR, 2016).

Ainda de acordo com JÚNIOR:

“ Rede tem tido um papel difusor e articulador essencial, catalisando a vontade de muitos que buscam meios de transformarem suas vidas pessoais e coletivas, e quiçá, contribuir para um novo modelo societário, que envolva todo o globo.” (Junior 2016, p. 259).

A Rede só foi de fato colocada em prática a partir do ano de 1995, quando esta ganhou relevância através da criação do seu site, e foi neste ano em que ocorre um marco no movimento de Ecovilas. Conhecido com a “conferência de Ecovilas sustentáveis no século 21” e aconteceu na comunidade sueca de *Findhorn* que é também a primeira Ecovila reconhecida com tal. Esse evento contou com mais de 400 pessoas de mais de 40 nacionalidades, em que os participantes buscaram alguns consensos para o desenvolvimento do movimento auto sustentado. Neste momento cria se a Rede Global de Ecovilas, que foi financiada pela *Gaia Trust*, tornando possível sua operacionalidade, (JUNIOR, 2016). A imagem a baixo, [Figura 2], mostra o logo da GEN :



FIGURA 2: Logo da GEN (Rede Global de Ecovilas- traduzido para o português). FONTE: GEN (2021)

Após sua criação a GEN foi dividida em regiões, para tornar a rede mais funcional no objetivo de juntar o máximo de experiência de cada continente. Então, a primeira divisão da GEN foi através de 3 redes emancipadas, que foram: ENA responsável pelas Américas; GENOA encarregada por Ásia e Oceania; e por fim GEN ficou encarregada da Europa e África.

Nas Américas a rede começa a se estruturar a partir de 1999, quando a Rede de Ecovilas das Américas (ENA) se organiza, e montou sua direção organizacional e assim conseguiu seguir as diretrizes estabelecidas pela GEN. Após dois encontros, o primeiro nos Estados Unidos e o segundo na Colômbia, a ENA começou a se definir como uma ponte entre as

comunidades, para engajamento de pessoas para a transposição a um mundo mais sustentável, (JUNIOR, 2016).

Segundo o estudo feito por JUNIOR (2016), a aproximação oficial do Brasil com a ENA, ocorreu também nestes encontros, quando interlocutores de movimentos alternativos no Brasil fizeram o contato com a organização. Acontece que no Brasil já haviam algumas organizações voltadas aos assentamentos sustentáveis e de contracultura, de uma maneira geral, no qual se organizaram em alguns eventos, e um destes foi o ENCA (Encontro Nacional de Comunidades Alternativas), no ano de 1999, no qual a rede também participou. Sendo assim após a oficialização de organização para a região foram definidos os nomes de André Soares e Marcelo Bueno, respectivamente, para representarem o Brasil, (JUNIOR, 2016; ROYSEN, 2018a).

Como já citado, as organizações voltadas a comunidades alternativas no Brasil não foram novidades pois já havia ABRASCA (Associação Brasileira de Comunidades Alternativas). E em um primeiro momento tentou-se uma aproximação entre as duas organizações, entretanto, a ABRASCA optou por não se juntar a ENA BR, pois preferiu manter sua autonomia naquele momento. Logo, haviam duas organizações com propósitos semelhantes atuando de diferentes maneiras no território brasileiro. De acordo com a literatura disponível, nos primeiros anos de atuação da rede no Brasil, se limitaram ao desenvolvimento de relatórios e ações esporádicas voltadas a marcar presença no conselho da GEN, (JUNIOR, 2016).

É necessário ressaltar as contradições aparentes já neste momento, pois o movimento surge através do financiamento da *gaia corp*, ou seja, já, é proveniente do mercado financeiro de destaque na década de 1990, (JUNIOR, 2016; SILVA, 2014). Além do mais MATHEUS E SILVA (2014) trazem consigo uma crítica em relação ao movimento institucionalizado das ecovilas em relação a seus propósitos, pois é baseado em uma crítica social no âmbito moral e não econômico-social, já que raramente a palavra capitalismo aparece em seus informativos, são colocados apenas “sociedade industrial”. Logo, entende-se que não há interesse em uma revolução da sociedade, mas sim em uma adequação ao sistema hegemônico, a busca por um capitalismo verde.

No mesmo período crescia no país os movimentos voltados aos meios alternativos, como permacultura, tecnologias apropriadas e instituições holísticas, mesmo que não vinculados a Rede, o que já demonstra que no Brasil haviam movimentos independentes de sustentabilidade. A GEN tem sua primeira ação própria no Brasil, no ano de 2002, no qual ocorre na comunidade do Centro Nazaré Uniluz (Nazaré Paulista- SP), essa ação voltada a um

treinamento de Ecovilas e foi ministrado por uma moradora da comunidade escocesa, referência no movimento de *Findhorn*. O curso teve o objetivo de “apresentar o modelo das ecovilas a partir de uma visão integrada das diversas dimensões da sustentabilidade” (JUNIOR, 2016 p. 264). Sendo assim este momento representa um marco na difusão de conceito de ecovilas no Brasil, (JUNIOR, 2016) .

Estes cursos também foram ministrados em outros países e no ano de 2005 foi aprimorado, ganhando um caráter formalizado pela GEN. E o responsável por administrar os cursos foi a *Gaia Education*, que se baseou em experiências de todos os lugares, observando as melhores práticas dentro das ecovilas, e assim se tornando referência de padrão educacional voltado a educação e comunidades sustentáveis e autossuficientes. Com o decorrer dos anos o curso foi sendo incrementado e outros atores começaram a participar também, com universidades, novas comunidades e até algumas prefeituras que de alguma forma estimularam este conhecimento oferecido, (JUNIOR, 2016). Mas mesmo sendo um curso genérico para as várias comunidades, o objetivo da *Gaia Trust* é de que os modelos possam ser replicados em diversos contextos, por serem de fácil adaptação, e que envolvam mais atores possíveis dentro de um modo sustentável nas comunidades em cooperação mútua, (TRUST, [s.d.]). Autores como MATHEUS E SILVA, (2004), questionam a interferência da organização a nível global no Brasil, pois como observado a Rede Global não trouxe um conceito novo ao Brasil, já que além de já haver as comunidades alternativas, o Brasil contava com diversos saberes e culturas tradicionais. Estes saberes são fruto de um conhecimento ancestral e que mesmo nem sempre sendo como objetivo a sustentabilidade, as suas práticas envolvem respeito aos biomas, e produzem menos danos ao meio físico. MATHEUS E SILVA questionam se a organização através da *gaia education* poderia ensinar algo neste sentido, pois a realidade da formação sócio espacial brasileira é única. Logo, a Rede global aparece como uma indutora eurocêntrica para um padrão de comunidade sustentável, e conseqüentemente a sua propagação no espaço. O que se entende é que desde sua criação a institucionalização da rede global de ecovilas, não se contrapõe ao sistema capitalista, pois até mesmo a ONU apontou as ecovilas como modelos de sucesso em uma comunidade sustentável. Logo é a continuação da ideologia de produção, com o diferencial de que esta seja feita de maneira a mitigar os impactos ambientais, como já dito os produtos de "selo verde", ou seja:

“A conclusão daí decorrente é a de que o projeto de sociedade sustentável preconizada pela Gaia Trust e, portanto, pelo movimento das ecovilas formalizado por essa entidade, está fortemente amparado nas estruturas

econômicas atuais da sociedade e, mais especificamente, no mercado financeiro neoliberal.” (ARRUDA 2018, p. 86).

O que se pode observar é que a institucionalização do movimento de ecovila acontece em países capitalista do norte, e logo se espalha pelo globo através do que pode ser chamada de “geopolítica do desenvolvimento sustentável baseado no mercado” além de não serem identificados questões relacionadas ao fim do capitalismo ou até mesmo de soluções relacionada a pobreza, mas sim um fetiche pela natureza que no momento de intensa urbanização torna se cada vez mais raro, sendo atribuído um valor de lugar para tranquilidade, (SILVA, 2014). Tendo em vista que seus moradores são de classe médias e com relevante grau de escolaridade, (ROYSEN, 2013; SILVA, 2014).

2.3 O CASO BRASILEIRO E SUAS ESPECIFICIDADES

A primeira vez em que foi utilizado o termo “eco vila’ no Brasil, foi em monografia feita por LUIZ GONZAGA SCORTESSI, pelo departamento de arquitetura da Universidade de Brasília, durante a década de 1970, no qual tinha defendia:

“A partir de um trabalho acadêmico e de vínculos com outras matrizes de conhecimento via espiritualidade, a ideia de eco-vila proposta por Scortecci se vinculava à possibilidade de construção de conjuntos de assentamentos humanos com base em princípios ecológicos.” (JUNIOR, 2016, p.217).

Logo, a partir dessa monografia SCORTESSI passou a se dedicar a formulação e idealização de movimentos de cunho alternativos e ecológicos no Brasil, tendo fundado alguns grupos como a Rede Aurora, e mesmo com pouco apoio institucional ao seu movimento buscou a construção de novos espaços levando em consideração a particularidade de cada um, (JUNIOR, 2016). Desta maneira foi responsável pelo termo ao menos no Brasil, o que demonstra a movimentação de contraculturas espaciais já na década de 70, mas no caso brasileiro, em poucas bibliografias pode se encontrar referências a SCORTESSI, o conceito de ecovilas que vigorou foi o importado através da rede global de Ecovilas, o que foi feito a partir do estudo de GILMAN, (JUNIOR, 2016; ROYSEN, 2018b; SILVA, 2014).

No caso Brasileiro em relação com a Rede global, pode ser entendida por vezes conflituosas em relação a seus interesses e forma de agir. Buscando compreender melhor a sua influência, conflitos e convergências será feito uma breve linha histórica da sua chegada ao

Brasil, até as suas metamorfoses como organização, partindo da criação do ENA- Br até a consolidação da CASA.

Historicamente as ecovilas brasileiras, desde do começo, estiveram em contato direto com a rede global através da ENA, e posteriormente a CASA (Conselho de Assentamento Sustentáveis da América) e sua representação no Brasil é feita através do CASA BR (Conselho Brasileiro de Assentamentos Sustentáveis). O caso brasileiro possui muitas especificidades, além da questão clara de ser um país da América Latina, tendo em vista a formação da rede em países capitalistas do norte e algumas dessas especificidades são os agrupamentos humanos diversificados que possuem bases ecológicas e se propõe de alguma maneira a serem contra hegemônica. Como pode se citar para análise as comunidades tradicionais, que o fazem o uso do território não de maneira mercantil, mas de modo a reproduzir sua cultura e consequentemente a pressão antrópica por estas comunidades é reduzida (SILVA, 2013). Há também os movimentos que ocorrem nos campos, e são de caráter contestatório como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que nos primórdios lutava pela reforma agrária, e que com o decorrer dos anos suas atividades foram se complexificando. E hoje já são considerados como um dos produtores de arroz orgânicos no Brasil (SPERB, 2017). Ainda havia os próprios movimentos de contracultura que já existiam no Brasil. Logo se observa, é que o movimento no Brasil se formou de maneira bem diversificada, e que embora tenha adotado a conceituação da GEN, cresceu de tal maneira que extrapola o mesmo, (JUNIOR, 2016).

Desta maneira, analisando pela ótica da ciência Geográfica, as comunidades buscam a afirmação de uma nova identidade via sua espacialização. Há o intercâmbio entre os diversos grupos e movimentos voltados a sustentabilidade e de cunho holístico social, e através de sua apropriação e modo de vida buscar maneiras alternativas de se viver, pode se concluir que “câmbio paradigmático técnico-sócio-cultural, o movimento das ecovilas busca encontrar sua própria identidade socioespacial”, (JUNIOR, 2016).

Ao longo da formação brasileira diversos grupos de pessoas se apresentaram como sendo contra sistêmico, questionando os valores e também o sistema como um todo. Pode se notar a efervescência destes movimentos durante a década de 70, derivado do intenso processo de urbanização brasileira, no qual já neste período houve uma busca por meios alternativos de sociedades, em que se pudesse viver mais próximo da natureza e com menor impacto físico. Ao analisar, observa-se que estes grupos podem ser divididos a partir de seu contexto de atuação de surgimento, que são as características que os tornam diferentes. Desta maneira

observa-se as comunidades tradicionais das mais antigas, como os povos indígenas que já ocupavam o Brasil antes da colonização, até mais recentes como as comunidades quilombolas, passando por movimentos sociais no campo e por fim as comunidades intencionais. As similaridades entre eles estão voltadas a fomentação de novos pensamentos contrários ao da globalização, logo:

“Podemos pensá-los, então, como uma grande rede que se estende espacialmente por todo nosso país, ainda que, na atualidade, se encontram fragmentadas no processo de expansão capitalista o qual se dinamiza como meio técnico-científico-informacional que se impõe sobre as diversas realidades locais.” (JUNIOR, 2016, p. 260).

As principais diferenças encontradas na bibliografia, em relação ao peso da GEN no Brasil, são observadas através de uma padronização, tem como objetivo uma instrumentalização do conceito proposto pela organização, o que é divergente com as outras experiências que atuavam, comunitárias de cunho ecológico, holístico sendo que:

“Se em muitos aspectos o movimento das ecovilas guarda muito desses sentimentos e princípios, por outro, tem se diferenciado do movimento alternativo comunitário anterior. Também no Brasil, os projetos e experiências de ecovilas tendem a maior nível de racionalização que suas antecessoras alternativas por meio de maiores organização e institucionalização de suas propostas.” (Júnior, 2016 p.262).

Após o primeiro encontro e a definição do ENA- BR e suas representação da Rede Global no Brasil. E a priori no momento não se fundindo com ABRASCA (Associação Brasileira de Comunidades Alternativas) que foi fundada no anos de 1970, e dentre as suas atribuições está a organização de eventos, como os ENCA's (JUNIOR, 2016). Embora as duas organizações tivessem propósitos semelhantes, naquela ocasião não foi viável algum tipo de união organizacional. Após as intervenções educacionais promovidas pela *gaia education*, no de 2002, ocorre outro momento importante na rede no Brasil, em 2003, que foi a participação no Fórum Mundial Social (FMS), em Porto Alegre e também ocorreram três encontros nacionais organizados pela ENA-BR. Se tratando do FMS, participaram grupos de indivíduos vinculados ou simpatizantes do pensamento pró ambiental e foi voltado a divulgação e a propagação de como as ecovilas podem contribuir para a resolução de problemas relacionados ao modo de vida humano. Já nos eventos organizados pelo ENA-BR, foram 3 no

total, aconteceram em Santa Catarina, Goiás e em São Paulo, sendo que este último ficou conhecido como o primeiro encontro funcional da organização. Este encontro que ocorreu em Nazaré Uniluz, foi debatido a funcionalidade da Rede brasileira de ecovilas, em ao fim propuseram como “intercâmbio entre ecovilas e experiências afins em todo o Brasil (e no mundo), e difundir conhecimentos e experiências de assentamentos humanos sustentáveis”, (JUNIOR, 2016).

Já no período a partir de 2003 a ENA-BR se consolidava como uma rede. Nesta ocasião ocorrem o surgimento de outros atores interessados nos temas voltados a sustentabilidade, entretanto a rede não conseguiu efetivar sua funcionalidade de maneira mais práticas mesmo com a movimentação intensa. Ocorre que a partir de 2005, uma crise se iniciou dentro da organização por diversos fatores, entre eles está o fato de que a organização falhou ao tentar alcançar os objetivos propostos em seus encontros, ou se atingiu foi de forma parcial. Outro motivo era de que os participantes, em sua maioria, eram simpatizantes e apoiadores e não necessariamente efetivos da prática das experiências, além do que muitos assentamentos e outras organizações ficaram de fora por motivos de falha de comunicação ou mesmo por falta de interesse, (JUNIOR, 2016).

Devido ao processo de enfraquecimento da ENA-BR, em 2007, durante um encontro tímido que ocorreu em São Paulo, os participantes decidiram pela criação de uma nova rede de comunicação que seria feita através de um site, onde poderiam agregar os antigos e os novos membros. O que já era uma tentativa de evitar sua dissolução, mas que não foi suficiente, (JUNIOR, 2016).

Levando em consideração a realidade da América Latina, a organização teve como objetivo agregar não somente as ecovilas, mas todos os movimentos envolvidos com a missão de uma vida mais sustentável, assim como sistemas técnicos e de valores. Ou seja, o quesito identitário se torna atrativo para quem quisesse participar.

“Com isso, fortalece-se também a ideia de maior integração do movimento das ecovilas com respeito a outros movimentos, organizações e grupos sociais próprios à nossa região, tais como movimentos camponeses e dos sem-terra, comunidades e povos tradicionais, grupos envolvidos no desenvolvimento de tecnologias sociais (como no caso do sertão nordestino, por exemplo).” (JUNIOR, 2016 p.269).

Ainda, em 2012, durante o evento Rio+20 o movimento se articulou de maneira independente se auto representando, mesmo assim não excluía as suas origens vinculadas a rede global de ecovilas. Mas a organização buscou continuar a trabalhar com GEN, porém desta vez reivindicando autonomia em suas demandas. Desta maneira durante o evento Rio+20, após negociações entre representantes do CASA e da GEN, ficou estabelecido que o melhor caminho era o de que a CASA assumisse a América e as representasse em comissões da GEN. Sendo assim, a ENA foi substituídas pelo CASA, sendo então a representação brasileira passou a ser da ENA-BR para CASA- BR. A seguir as imagens, [figuras 3 e 4], são as identidades visuais da ENA e posteriormente do CASA:



FIGURA 3: Logo da ENA. FONTE :IPEMA (2021)



FIGURA 4: Logo do CASA Brasil. FONTE: CASA Brasil (2021)

A Rede encontrou no Brasil uma complexidade notável que basicamente a impediu de operar da mesma maneira de outros países, logo tentou agregar ao máximo as experiências nacionais, que não eram poucas, em projetos derivados na área de educação (permacultura, tecnologias sustentáveis). Entretanto devido a sua concepção filosófica que é proveniente de países capitalistas do norte a Rede não encontrou as mesmas condições para trabalhar com o contexto brasileira, pois aqui existem outros atores envolvidos na disputa pelo território, como comunidades tradicionais e também agente capitalistas, tal como os interesses do agronegócio.

Observou-se que a atuação da Rede Global de Ecovilas nas Américas em especial no Brasil, teve e ainda tem suas particularidades e contradições. Neste caso, desde do início da organização Global, obteve financiamento através da *Gaia Corp*, empresa fundada na década

de 1980 especializada no gerenciamento de fundo mútuos. Beneficiados diretamente pelo sistema, em que seu início aconteceu em países do considerado norte do mundo, nações ditas desenvolvidas. Ao passo que na América Latina a própria história da formação é destoante, residem nações subdesenvolvidas e com sérias mazelas na ordem social e ambiental, e observa-se também que nenhum momento a organização radicaliza seus discursos, (SILVA, 2014), logo, entende-se que suas estratégias são voltadas e uma adaptação. Neste território a formação acontece de forma violenta, de usurpação das riquezas e de imperialismo e como consequência diversos atores disputam o território, e se tratando de espaço rural é ainda mais problemático, visto que há ocorrência de diversas elites agrárias preocupadas apenas com produção no decorrer do continente. Com esta problemática buscou-se entender como foi possível e como está hoje a atuação da Rede Global de Ecovilas no Brasil.

A Rede Global surge na década de 1990 em que eventos e críticas ao modo de consumo de recursos naturais estavam em alta, como a Rio 92. Assim que chegam ao Brasil já encontraram organizações com objetivos semelhantes, e outras culturas dentro do país que naturalmente fazem um menor uso predatório dos ecossistemas, sendo assim não trouxeram novidades. Já em sua primeira atuação, sendo representada pela ENA -BR existe uma falta de coalizão entre outras entidades como a que já atuava a ABRASCA, no qual decidiram continuar trabalhando de maneira separada, fragmentando a busca do objetivo. Com o passar de alguns anos e com atividades pontuais, mas de relevância, como os cursos oferecidos pela *Gaia education*, o Brasil entrou no rol de países que foram educados a um ideal de sustentabilidade oferecido pela organização. Após esses eventos a organização começou a entrar em declínio, sem efetividade prática, e como mencionado, perdendo progressivamente o engajamento dos participantes, tendo muitos simpatizantes e poucos participantes, (JUNIOR, 2016).

Nos dias atuais percebe-se que a Rede mantém uma relação amigável e de boa colaboração com CASA- BR, entretanto alguns desafios ainda não foram superados e limitam a atuação e agregação de novas comunidades, para além do próprio acesso e conhecimento da proposta da organização, segundo ROYSEN (2021) um grande empecilho para a integração mais efetiva com a rede global é a língua, pois não é regra a presença de moradores que saibam o idioma inglês, sem alguém que possa fazer a tradução das informações, não há uma efetiva comunicação. Entretanto, notou-se que a decorrência da pandemia, do COVID-19, involuntariamente favoreceu as organizações, segundo ROYSEN, isso ocorreu devida necessidade do trabalho remoto e a adesão às chamadas de vídeo conferência, que forneceu uma ferramenta ainda mais eficaz de integração entre as comunidades ocorrendo, até simultaneamente, encontros com outras Ecovilas de países diversos.

Não foi identificado em mudanças de atuações de modo mais abrupto, logo a organização permanece com seus ideais de criação, e neste sentido limitando-se a crítica a uma sociedade industrial e problemáticas envolvendo questões comunitárias, mas sem tocar diretamente em uma alternativa ao modo de produção. E deve-se ressaltar, também a ligação da organização com ONU, o que deixa claro um limite de proposta para uma mudança de sociedade, pois a organização não tem como finalidade alguma mudança na estrutura social. Mas sim de explorar e divulgar maneiras de mitigar os impactos negativos do processo de globalização. Sendo assim, a influência no Brasil é limitada, mas também complexa, já que durante as primeiras atuações se tratou em uma transposição de conceitos voltados a sustentabilidade desenvolvidos nos países do norte, o que gerou fortes implicações ao tentar ser aplicado no Brasil, como indica MATHEUS E FILHO, (2013), um espécie de “Geopolítica do desenvolvimento sustentável”. E, assim, não obteve tanto êxito, tendo que formar uma cooperação com uma rede que atendesse melhor as demandas da América Latina no geral, neste caso a CASA, que possuem problemas específicos e devem ser tratados sob a perspectiva de um olhar de formação espacial e que possibilitou as condições atuais.

CAPÍTULO 3. MOVIMENTO DE ECOVILAS NO ESTADO DE GÓIAS

3.1- CONTEXTO TERRITORIAL DE ECOVILAS NO GÓIAS

A Ecovila escolhida para o estudo empírico, o campo, é a Aldeia Aratikum, e fica dentro do Instituto Bioregional do Cerrado (IBC), no qual se localiza no município de Alto Paraíso em Goiás/GO. Para um melhor entendimento é preciso observar as condições e características que possibilitaram a consolidação do movimento. Sendo necessário além da saída de campo pesquisar a respeito da formação. E observa-se que desde de seus primórdios de ocupação e uso tornou-se um polo de atração para contracultura em escala regional e mundial.

A história de Goiás tem seu início com as expedições de bandeirantes, que buscavam novas terras para exploração de ouro. O próprio nome do Estado deriva das disputas que já ocorriam entre os bandeirantes e os indígenas, pois Anhanguera é tido como o fundador de Goiás, e o nome era dado pelos indígenas deriva de diabólico na língua dos goyazes. Como consequência das expedições muitas aldeias indígenas foram expulsas ou extintas, e aqueles que conseguiram sobreviver foram “aldeados” pelos colonos, (SANTOS, 2013). A ocupação de Goiás teve início a partir da descoberta de ouro no Rio Tocantins, por volta do sec. XVII,

no qual os proprietários receberam as terras através do regime de Sesmarias. Devido a este contexto o Estado estava até então longe dos centros de poder, e quem assumia o papel do Estado eram por vezes os donos das grandes extensões de terra (posteriormente os latifundiários). A partir do séc. XX houve grandes transformações neste espaço, devido às novas migrações populacionais. Essas mudanças ocorreram devido a construção de Brasília e expansão da fronteira agrícola “armada” pela revolução verde, (SANTOS, 2013).

O processo de ocupação em Alto Paraíso, ocorre através de diversos contingentes populacionais, que não eram homogêneos, mas ao contrário, cada grupo tinha suas características, origens e principalmente objetivos diferentes. Logo a região tem sua formação baseada em um encontro de mundos, ou sendo mais específico como “um lugar caracterizado pelo encontros e desencontros entre a expansão da fronteira agrícola do Brasil e as aspirações pela nova civilizações.” (SANTOS, 2013, p.183). E como essa formação é derivada de uma série de migrações, existe uma separação por origem, sendo os “Nativos” descendentes de habitantes de longa data. Os “Chegantes” ou “Alternativos” são os que ocupam o Município com interesse no movimento de contracultura; e os “De fora” que são os turistas ou visitantes, que não possuem vínculo com o território, (CARNEIRO, 2020; SANTOS, 2013).

Um dos principais marcos na ocupação foi a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1960. O nome deriva do contexto anterior a criação, as hipóteses são por, tanto por ser o nome de um cão farejador “especialista” em caçar veado, quanto da própria caça do animal que era muito comum devido a sua carne e seu couro. A partir desse período a região passou a receber grupos que tinham por objetivos experimentar novas normalidades. “Os chegantes de várias partes do planeta carregam seus sonhos e levam à Chapada suas tentativas de vida comunitária, novas práticas terapêuticas e alimentares, uma cultura ecológica e rituais para celebrar o estilo de vida Freak.” (SANTOS, 2013, p.184). Além das belezas naturais resguardadas na reserva, há uma dimensão especial, a mística, que foi atribuída aos cristais da região. Funcionavam como um convite para ficar na região, ou seja, os que chegavam só poderiam ficar se entendessem que os cristais os aceitaram. Ainda de acordo com SANDRO SANTOS, (2013), da mesma forma havia interpretação de que os cristais, também, impediam outras agentes de permanecerem na região, como grandes projetos que não foram pra frente no caso de aeroportos e hotéis para turismo em massa. A justificativa para os cristais, afloramento de Quartzos, que anteriormente foram comercializados, mas, a partir do momento em que a indústria conseguiu um substituto, a atividade foi deixada de lado. A ideia é de que os cristais possibilitam uma conexão maior com a natureza, e que permitiriam as pessoas experimentarem

sessões novas, como revelações e afins. Entende-se que estes minerais podem retirar a energia ruim de um ambiente. Ao passo que aqueles que não conseguirem aceitação por parte dos cristais são expulsos ou não encontram motivos para permanecer na região, (SANTOS, 2013). A figura abaixo, [Figura 5], indica a localização da área que abrange a Chapada dos Veadeiros.

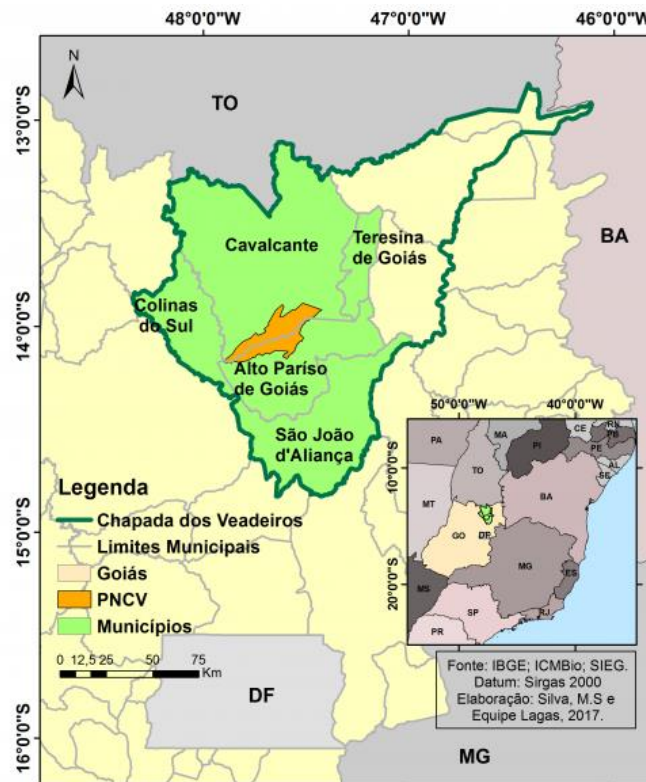


Figura 5: Municípios que fazem parte da Chapada dos Veadeiros. Fonte: Silva M.S (2017)

<https://journals.openedition.org/confins/14851?lang=fr>.

Devido às atividades ligadas a produção agrícola, em especial do trigo, nos limites e nas proximidades de Alto Paraíso/GO há forte presença de afrodescendentes que serviam de mão de obra, como a comunidade quilombola dos Kalungas. E já no começo da expansão agrícola, a região passou a se preparar para receber monoculturas, principalmente de soja. Gaúchos foi o nome dado para os migrantes originários da região sul do Brasil, (SANTOS, 2013).

Já o nome do município foi escolhido em 1963. Fruto de um plebiscito para escolher o nome do recém criado município. E foi a junção entre o nome da maior fazenda “Fazenda Paraíso” e devido a altitude elevada, cerca de 1.300 m. Já a parte inferior que era conhecida como “Baixa da Égua” deu origem ao distrito de São Jorge/GO. Devido a intensa migração dos Chegantes, por volta da década de 1960, a região passou a ser reconhecida por sua forte atuação com questões ambientais. É possível observar até na atualidade, a organização dos moradores

para fiscalizar o bioma, atuando de maneira autônoma, como fornecimento de cursos de educação ambiental ou sendo ativos em pressionar o poder público, (CARNEIRO, 2020).

Os primeiros ocupantes que ocuparam Alto Paraíso, voltados as práticas de contracultura, chegaram devido à procura por uma terra no centro do país para expandir suas finalidades. E se entendiam como “ enquanto comunidade global, sem fronteiras, notadamente pela capacidade de interlocução em uma língua desenvolvida com o intuito de realizar um franca comunicação intercultural” (SANTOS, 2013p.195) E esse movimento se repete durante o passar dos anos, em que migrantes que desejam novas experiencias que sejam transformadoras, encontram em Alto Paraíso um espaço para “terra prometida”. (CARNEIRO, 2020) Mesmo com as condições e com a “fama” da região em relação ao desenvolvimento de contraculturas, as primeiras que se estabeleceram permaneceram pouco tempo. E mesmo assim os ex integrantes não deixam Alto Paraíso em seu objetivo de transformação, na verdade atribuem ao conflito e ao fim da experiência, como uma questão de amadurecimento para a causa.

Na década de 1990 já era possível notar a diversidade de grupos na região “...antigos fazendeiros, comunidade afrodescendentes, descendentes de garimpeiros, mestiços, novos fazendeiros gaúchos, e comunidades rurais alternativas em formação.” (SANTOS, 2013, p.199). Sendo assim de maneira geral, a predominância de dois agentes que atuam em Alto Paraíso. Os ligados ao sistema hegemônico, pertencentes ao setor de econômico, e o alternativo voltados a reestabelecer novas conexões com a natureza. E que também estão ligados ao ideal de sustentabilidade e preservação ambiental, (CARNEIRO, 2020).

Para o sucesso dos projetos de contracultura dos Chegantes, foram necessários algum tipo de ajuda para lidar com as condições particulares do Cerrado. E então o compartilhamento de conhecimentos com comunidades tradicionais da região, foi de fundamental importância. Como pode ser exemplificado pela influência da cultura indígena e quilombola dentro das comunidades, (CARNEIRO, 2020; SANTOS, 2013). A adoção de conhecimento de comunidades tradicionais da região, é de certa maneira comum para a consolidação das contraculturas espaciais, (SILVA, 2013).

Na década 1990 Alto Paraíso já era inserida na rede global de contracultura, sendo um ponto de encontro de diversos estrangeiros. Mas mesmo antes deste período já havia outras nacionalidades habitando o Município. Fato esse, que também é uma característica das comunidades, a diversidade de pessoas com suas experiências e pensamentos, e que por vezes entram em desavença dentro das demandas da comunidade, (CARNEIRO, 2020; SANTOS, 2013).

3.2- REDE GLOBAL DE ECOVILAS NO GÓIAS

A Rede Global de Ecovilas (GEN) possui sites na internet no qual disponibiliza alguns dados e principalmente informações e eventos relacionados ao tema, pois este é seu principal propósito, (JUNIOR, 2016; SILVA, 2014). Ao analisar, também, é possível observar que o site é dividido entre as regionais de cada continente e no caso do Brasil é representado pelo Conselho de Assentamentos Sustentáveis da América Latina (CASA).

Durante a busca no site observa-se as informações relevantes em relação as comunidades no Brasil é de que todas as ecovilas listadas possuem mais de um idioma para comunicação, sendo o inglês a língua estrangeira mais comum. Algumas podem possuir até cinco idiomas para comunicação. Este fato já direciona a um dos debates em relação a atuação da organização no território brasileiro, no sentido de comunicação entre falantes de diferentes idiomas. Pois como foi apontado por REBECA ROYSEN, por meio de uma comunicação oral na forma de entrevista (ROYSEN, 2021), o idioma ainda é um impedimento na fluência da rede, pois nem todas as comunidades possuem pessoas habilitadas a tradução.

A região de Goiás é uma das regiões em que menos se tem Ecovilas reconhecidas pela GEN, total de duas Ecovilas (incluindo o IBC) representado pela CASA Brasil, como mostra o, [Gráfico 1]:

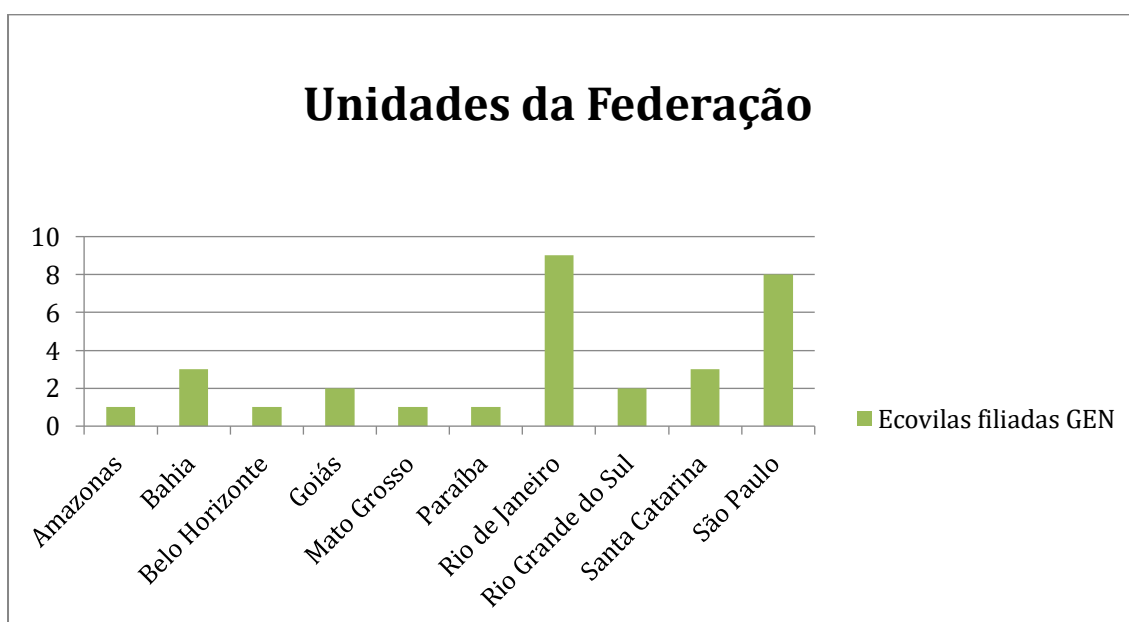


Gráfico 01: Números de Ecovilas filiadas a GEN em cada Unidade da Federação. Fonte: Elaboração própria com dados da GEN (2021).

Porém, nota-se um problema em relação a quantidade de comunidades por unidade da federação. Ao se observar o outro mapa disponível no site, o que aponta os assentamentos sustentáveis, há outras comunidades no Estado que também recebem o nome de Ecovila, e que, entretanto, não estão contabilizadas no mapa de Ecovilas. Segundo o próprio site do CASA há definições específicas para cada um deles:

‘**Ecovila** é uma comunidade que utiliza processos participativos de design para integrar as dimensões social, ecológica, econômica e cultural da sustentabilidade através de uma abordagem de regeneração sistêmica.

Definimos **assentamentos sustentáveis** como aqueles que praticam e cultivam hábitos criativos de cuidado com os seres humanos e com a diversidade de formas de vida e entidades da natureza.

O Conselho de Assentamentos Sustentáveis inclui iniciativas que caminham para a sustentabilidade em todas as suas dimensões.’ (CASA BRASIL, 2021).

Através desta contagem, com a CASA-Brasil, o Goiás tem cerca de 9 assentamento sustentáveis, dos quais cinco são intituladas como Ecovilas, que são: IBC (Alto Paraíso), Ecovila da Montanha (São João da Aliança), Ecovila da Lagoa (Planaltina), Ecovila Vale do Éden (Aragoiânia) e o IPEC (Pirenópolis). O gráfico abaixo, [Gráfico 02], mostra o número de assentamento sustentáveis em cada Unidade da Federação:

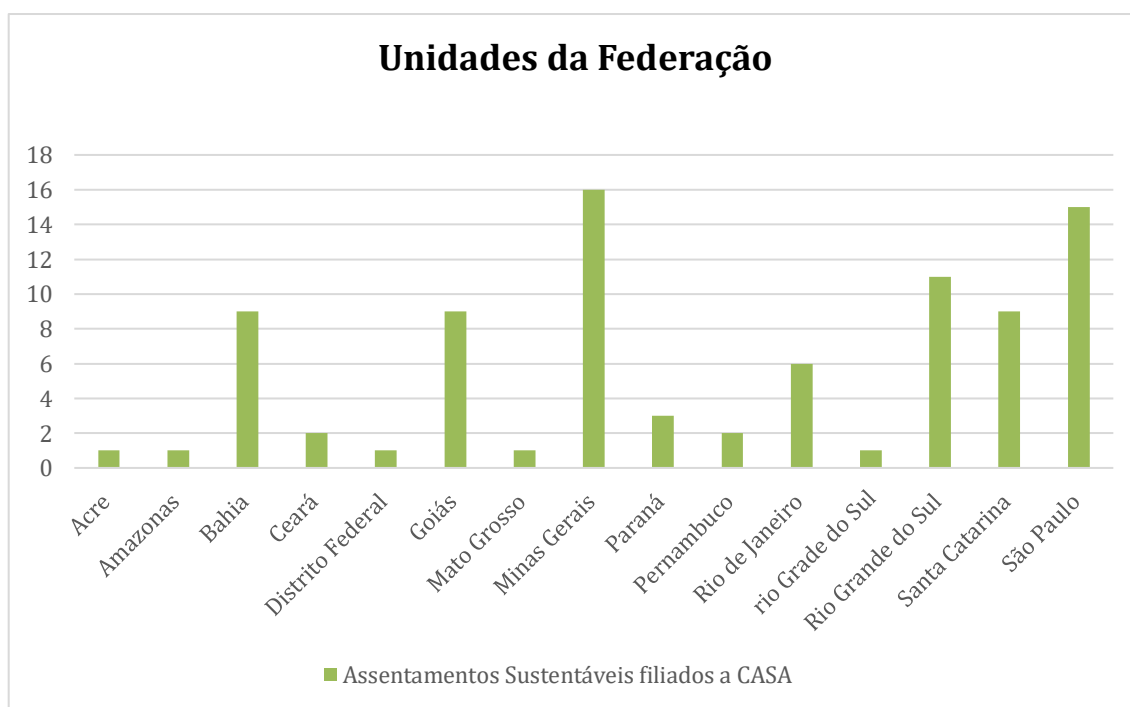


Gráfico 2: Números de assentamentos sustentáveis filiados a CASA-Brasil por Unidade da Federação.
Fonte: Elaboração própria com dados do CASA-Brasil (2021).

Sendo assim, para a discutir melhor esse movimento será analisado o caso específico de um Ecovila no Goiás que está localizada no Município de Alto Paraíso, o Instituto Biorregional do Cerrado que abriga a Aldeia Aratikum.

3.3 – ECOVILENSES DE GÓIAS EM ALTO PARAÍSO

Motivados pelos movimentos da década de 1970, começando pela tropicália, já na ditadura militar. Guiados por profecias de um futuro despótico, como descrito “Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro.” (SANTOS, 2000, p.29). Pessoas se assistiram com o desejo de ir atrás de algum lugar para sobreviver e viver melhor e que tivessem maior contato com a natureza. Para tal saíram em busca de uma terra prometida, que seria este lugar de reencontro com a natureza e de uma nova civilidade, este projeto de busca se chamou de busca ao sol, (CARNEIRO, 2020).

Em 2005, Alto Paraíso passou por um momento de baixa atividade em todas as áreas, sejam turísticas, econômicas como também movimentos ambientais que se encontravam enfraquecidos. Neste sentido foi organizado um evento de grande projeção, o Chamado do Beija Flor, que reuniu 2.000 participantes de diversos países. Este evento fortaleceu o movimento de Ecovilas, e partir deste encontro diversos movimentos alternativos surgiram, (CARNEIRO, 2020).

O IBC é um instituto autônomo, que se mantém financeiramente através de cursos e vivências, que buscam apresentar para interessados experiências e conhecimentos sobre permacultura. Um exemplo destas vivências, é a disciplina ofertada junto a Universidade de Brasília (UnB), no qual foram extraídas as informações do campo para esta monografia, sendo realizada no ano de 2019. A Ecovila do IBC recebe o nome de aldeia Aratikum, e é repartida através de cristais, que são porções do espaço destinada para determinada família, para construção de suas moradias. A fotografia abaixo, [Figura 6], mostra como é dividido o terreno do IBC, na forma de cristais:



Figura 6: Figura da propriedade do IBC e sua divisão por Cristais. Fonte: IBC (2019)

A área do IBC, foi escolhida e adquirida estrategicamente, pois de acordo com seus primeiros moradores e fundadores, era necessário uma terra de tamanho razoável, próximo de algum curso de água, e de preferência rodeada de alguma unidade de conservação. Apesar da localização próxima ao rio e o parque, o Instituto também é próximo ao lixão da cidade. A proximidade com o lixão que é um problema devido ao mal cheiro e o aumento da poluição, e o incomodo quando ocorrem queimadas na região de descarte. Onde hoje está localizada a Ecovila já foi uma monocultura de feijão que posteriormente serviu de pasto para bovinos, e quando comprada havia apenas uma construção na área. Havia apenas uma casa que de acordo com os depoimentos era bem precária. Houve já no início dessa ocupação uma preocupação em se territorializar no espaço da recém-criada Ecovila transformando a casa precária que se tornou em um lugar chamado de “casa mãe” logo foi ressignificada para atender os objetivos dos novos moradores, (CARNEIRO, 2020). Na atualidade a Casa Mãe funciona para diversas finalidades como encontros e projetos educacionais. Durante a saída de campo (realizada em 2019) este lugar foi utilizado como palco para oficina de tecnologias apropriadas, na ocasião serviu de oficina para o desenvolvimento de uma bomba de água manual e um debulhador de milho.

A imagem abaixo, [Figura 7], mostra as microrregiões da Chapada dos Veadeiros e sua hidrografia, aspecto de suma importância para o movimento de Ecovilas.

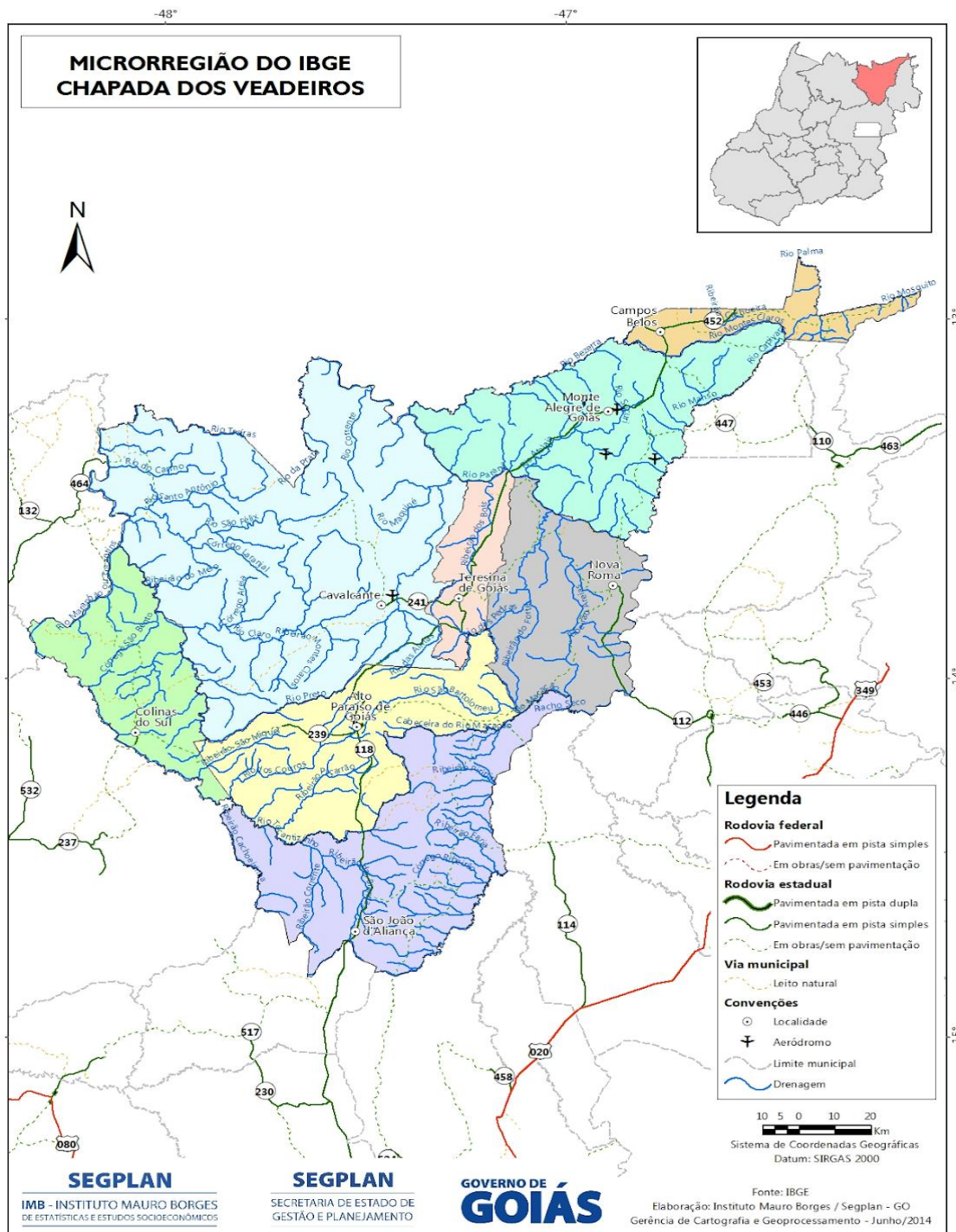


Figura7: Microrregiões da Chapada dos Veadeiros. Fonte: SEGPLAN- GO (2014)

Após a apropriação da casa mãe, diversas pessoas se encontraram no lugar para troca de conhecimento, e após cerca de um ano, outras famílias foram chegando para ocupar este território. A aquisição de uma propriedade na Ecovila é feita através da compra de cristais, que são as áreas disponíveis para uso de parte da terra, um ambiente privado para as famílias. Outra questão que deve ser levada em consideração ao se adquirir o título associativo para se

apropriar das áreas dos cristais, é de que há uma série de regras devem ser cumpridas, uma legislação local.

O evento marco de grande expressão na comunidade ocorreu em 2017 e foi denominado “O CHAMADO PELA RESILIÊNCIA PLANETÁRIA”, que contou não apenas com membros de Ecovilas, mas também com representantes de diversas organizações voltadas a sustentabilidade. E foi tão bem recebido que segundo relatos dos moradores, o evento acabou por aglomerar muito mais pessoas do que os Ecovilenses do IBC puderam receber. E como consequência houve uma série de conflitos internos, o que deixou a comunidade afastada, por alguns anos, de atividades voltadas ao público externo nas suas dependências (CARNEIRO, 2020).

O banner a seguir, [Figura 8], mostra uma parte da divulgação, feita pelas organizações GEN e CASA, e demais envolvidos no evento:



Figura 8: Banner de divulgação para evento no IBC do ano 2017. Fonte: Global Ecovillage Network-GEN (2017).

Devido as circunstâncias da pandemia da Covid-19, não foi possível ir a campo no mesmo período em que a redação da monografia estava sendo construída. Entretanto a comunidade de ecovila Aratikum, nas dependências do IBC, já é conhecido pela prática

empírica, pois no ano de 2019 foi possível uma boa apreciação do território. A saída ocorreu durante o curso da disciplina Tópicos especiais gestão ambiental – Transição para a sustentabilidade. Ministrada pelas professoras Rebeca Roysen e Tânia Cristina Cruz.

A experiência na Ecovila foi a vivência completa e não apenas de forma passiva, sendo necessário participar do convívio. As atividades na comunidade são pensadas a serem realizadas de maneira coletiva, tanto as refeições como as próprias oficinas. Com isso logo nota-se uma quebra no padrão cotidiano, pois não há essa regra na cidade. A comunidade depende do trabalho conjunto para erguer suas construções e realizar as demais demandas, o que obriga contato e colaboração entre os moradores. Os pontos observados que mais corroboram com a teoria, são as vivências e as técnicas.

Desta forma a comunidade tenta de todo modo incorporar meios de realizar as demandas da comunidade, de maneira mais eficaz e menos prejudicial ao ecossistema. Uma das maneiras encontradas e o uso de tecnologias apropriadas, ou seja, as técnicas empregadas dentro do território da ecovilas são destoantes das convencionais utilizadas nos espaços urbanos, as tecnologias apropriadas utilizadas, em geral para construção ou na ajuda nas produções. Há outro exemplo que se encaixa bem, que são os banheiros secos e as fossas biodigestoras, ambos mecanismos de tratamento que não são convencionais no perímetro urbano e que esses rejeitos ainda podem ser reaproveitados de alguma maneira. Então observa-se que há uma escolha por tecnologias apropriadas para se realizar suas demandas. Resistindo também dessa forma pois é através de uma técnica universal que a globalização se perpetua no espaço, (SANTOS, 2000).

Em relação ao comunitário, há um consenso de que existem deveres dentro da comunidade e cada um deve fazer o que lhe foi atribuído, pois está relacionado com um bem maior para a comunidade. Desta maneira há um senso de coletividade, e não apego a individualidade, a maior parte do trabalho não é remunerada, mas é direcionada para a ideia de bem comum, (JUNIOR, 2016; ROYSEN, 2013). E para além, a possibilidade de aglomerar pessoas neste pequeno espaço, possibilita uma enorme troca de experiências, e cada um com suas filosofias e afins. Constituindo uma nova possibilidade de realidade, (SANTOS, 2000).

No campo nota-se a diferença de rotina, e como exige resiliência para se propor mudar de trajetória. A ecovila possui um sistema específico de regras e de técnicas, e que são aplicadas no território da comunidade e o que pode ser observado como a forma de territorialização. Sendo assim a apropriação desse território pela comunidade deu novo sentido, e que só pode ser sentido estando sobre o regimento da Ecovila. Através da incorporação de técnicas tradicionais ensinadas pelos povos que residem próximos é que a comunidade aprende a lidar com o meio físico, bioma Cerrado. Logo, buscando o modo mais adequado, com agentes que

possuem uma longa história com a terra. E usando Santos, (2000), observa-se que na comunidade a incorporação de ensinamentos tradicionais fortalecem a cultura local, fazendo frente a tentativa de rompimento de fronteiras em busca de uma cultura universal.

Na atual constituição da Ecovila do IBC nota-se uma presença maciça de pessoas vindas da região sudeste em especial de São Paulo. Os resultados indicam que as motivações das pessoas para migrarem para Ecovilas na região de Alto Paraíso, são pontos importantes para serem analisados, pois há uma escolha em participar da comunidade no Goiás, no caso do estudo, em Alto Paraíso. O que fortalece essa lógica é o fato de que numericamente há muito mais Ecovilas reconhecidas no Estado de São Paulo do que em Goiás, logo não se trata apenas de uma Ecovila, mas há atrativos maiores nas localizadas na região de Alto Paraíso de Goiás. Em casos mais objetivos, moradores relatam que a industrialização os faz ter o desejo de sair da região, então mesmo São Paulo tendo mais Ecovila, sua origem que é vinculada a forte industrialização e intensa urbanização, cria um estigma, que produz uma fuga da região. Ao passo que no caso de Goiás é bem diferente, e que embora os agentes da indústria também atuem fortemente na região através do agronegócio, ainda teve tempo de “salvar” um pedaço da natureza.

Observou-se durante a trajetória de estudos que a formação do município lhe concede a condição de “cosmopolita” pois lá se encontram uma diversidade de grupos e cada um com seus interesses. E justamente por estar mais afastada de grande centros urbanos, cerca de 200 Km de Brasília. Apesar desta distância, houve forte influência da construção de Brasília com a ocupação da região, que também foi fruto de uma busca por uma terra prometida por dois agentes distintos, os relacionados a mudança da capital, e os da mudança de sociedade. Assim, o pequeno município passou a fazer parte de uma rede global de movimentos de contracultura, e contraculturas espaciais, em sua maioria ligados a sustentabilidade e um retorno a vivência mais próxima com a natureza, e de acordo com arquivo audiovisual disponível pelo IBC, (2021), os moradores entendem que a comunidade permite uma nova forma de viver por completo, afastado do caos urbano, como observa-se na fala de Andrea Marques em documentário produzido no IBC:

“ A gente precisa trabalhar para pagar mais conta, mais conta, mais conta e mais conta, e você não tem sentido na vida. Então qual é o seu sentido na vida, o que você quer fazer, o que te trás para a vida, o que te faz feliz? E aí você seguir esse caminho e esse caminho pode ser vim para o mato você pode estar ali em contato com a natureza. ” (CARNEIRO, 2020).

Este caos urbano demonstra as contradições do sistema dominante da Globalização, no qual vende uma ideia contraditória de que a modernização tecnológica, e hegemônica, pode satisfazer as necessidades humanas. Para exemplificar as contradições, e de que na verdade a intensa urbanização trouxe novos problemas. “A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.” (SANTOS, 2000, p.10). E observando que a maioria dos moradores são oriundos da região de São Paulo, Estado esse que tem sua dinâmica voltada as novidades do capitalismo, sendo intensamente urbanizado e industrializado. Logo, indica uma fuga dessa unidade da federação, que já possui uma função bem estabelecida.

A globalização é perversa e a pratica através do dinheiro e da informação, sendo assim as consequências deste sistema real, além das financeiras e técnicas, é a forma de relações pessoais que passam a ser voltadas a um competitividade sem limites derivada da produção e consumo, (SANTOS, 2000). E dentro da comunidade Aratikum esse tipo de comportamento é desestimulado, buscando romper essa maneira de interação entre os indivíduos, algo que pode ser considerado como uma regra no espaço urbano.

Devido aos eventos já citados, considera-se a região como um centro de referência em contracultura e diversos movimentos alternativos de forma geral que foram impulsionados principalmente com a possibilidade de uma comunicação rápida, ou seja, com a internet. De forma geral os moradores ressaltam que os atrativos estão voltados principalmente pela preservação ambiental, como um expoente está a Chapada dos Veadeiros, local de beleza única, que faz pensar como o corpo reage diferente apenas por estar neste ambiente. Como mencionado pela própria escolha do lugar para a consolidação da Ecovila Aratikum, no qual a proximidade os fez escolher aqueles espaços, pois os primeiros Chegantes da comunidade já haviam pesquisado e explorado em outras regiões, mas nenhuma os satisfizeram como a atual.

Outro notável ponto são questões relacionadas a espiritualidade, logo desde que se interpretou a presença de cristais como um convite a experimentar uma nova gama de sentimentos, tem sido um dos primeiros motivadores da migração para a região. Através desta atribuição a um elemento físico, neste caso fragmentos de quartzo, a um significado de elemento espiritual e religioso, algo que sobrepõe o comum e faz sentido para diversas pessoas que compartilham esse sentimento, logo há indícios de formações de lugares sagrados por estes Chegantes, (FILHO, [s.d.]). Logo, o que percebe-se é que a natureza, e neste caso mais específico o Cerrado, exerce uma influência ainda maior, não apenas como fornecedor de

matéria prima, mas também como uma conexão com o místico, ativando a espiritualidade nos indivíduos.

Por fim, pode-se refletir através de MATHEUS E SILVA, (2013), de que as contraculturas espaciais, historicamente se tornam mais notáveis e procuradas, em períodos de crise do capital. Como ocorreu no processo de urbanização no séc. XX em suas mazelas inevitáveis, e desde de 2020 o mundo têm passado pela pandemia da Covid-19. Com as medidas de restrições, isolamento e convivência forçada, pode ter tornado a vida no urbano ainda mais problemática. Entretanto, a pandemia trouxe à tona a possibilidade do trabalho remoto, e levando em consideração o nível de instrução superior comum nas comunidades (ROYSEN, 2013; SILVA, 2013), e como observado na mídia, (PIO, 2020) a pandemia pode estar reacendendo uma migração para essas comunidades no espaço rural. A foto abaixo, [figura 9], mostra parte de uma trilha localizada no IBC:

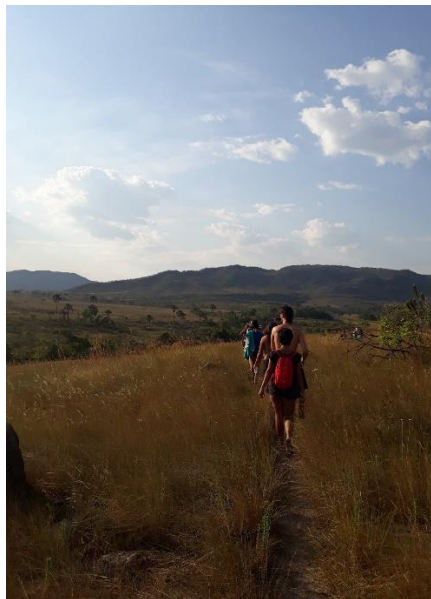


Figura 9: Trilha em direção ao rio nas proximidades do IBC. Fonte: Autor (2019)

Considerações finais

O movimento de Ecovilas é notável devido a suas propostas, e com o passar dos anos tem sido cada vez mais observável, pois está presente no mundo todo. Sendo assim é preciso

pensar nos processos que envolvem o movimento, desde seu incomodo nas cidades até a sua formação. Para tal há o interesse de seus participantes em uma nova forma de se viver, e para vivencia-las de maneira mais ampla precisam migrar para as comunidades. E assim se utilizar do campo como fonte de materialização de suas ideias, voltados a uma vida sustentável, e no caso analisado o bioma Cerrado oferece a estas contraculturas espaciais diversas possibilidades, desde recursos para sobrevivência como também em possibilidade de rituais.

Os objetivos propostos foram debatidos para buscar algumas razões para a migração e é importante observar quais são os agentes envolvidos no movimento, desde de cada morador até a relação a nível internacional através da GEN. Sendo, assim, observa-se que cada um dos envolvidos possuem relevância no processo, e estão em constante adaptação para conseguirem se manter ativos. Entretanto, a comunicação com as comunidades é problemática, é difícil conseguir comunicar-se com os moradores a distância. E de forma semelhante acontece com a comunicação com a GEN, no qual não há uma comunicação, com o objetivo de extrair dados além dos disponíveis no site, é um processo demorado. Nota-se que a principal queixa dos moradores são voltadas aos aspectos negativos da cidade e de como são influenciados a exercer uma rotina rígida. Nesse sentido de que o espaço urbano não oferece motivações para se ter uma vida plena em seu sentido mais subjetivo, como também as atividades exercidas neste espaço são extremamente degradantes aos biomas.

Devido aos problemas da cidade o campo transitou por uma revalorização, e passou a ser desejado devido as possibilidades de uma melhor qualidade de vida, seja-se inserido e morando, ou de forma esporádica como por lazer. E a pandemia do Covid-19, pode ter tornado os problemas da cidade ainda mais intensos, pois todas as pessoas foram afetadas e tiveram suas vidas impactadas de maneira direta, assim, foram expostas a um stress extra provocado por muitas incertezas, como medo de perder o emprego e não conseguir pagar as contas. Sendo então o campo reavaliado por novos atores que não pertenciam a este ambiente anteriormente, e por isso não se trata de um retorno ao campo já que essas populações, de forma geral, não saíram do campo, ao contrário, nascem na cidade e migram para o campo. E desta forma o espaço rural em sua concepção de *continuum*, recebe novos usos e novos significados.

As possibilidades em se trabalhar as Ecovilas são diversas, de tal maneira que já é possível sem muitas dificuldades encontrar uma extensa produção acadêmica, de em blogs e de jornais de grande circulação. De forma expressiva foram encontrados muitos trabalhos voltados a área de desenvolvimento sustentável e de divulgação de suas ideias e ações. Entretanto, não há tantos trabalhos feitos por Geógrafos, e os encontrados possuem posicionamento distintos frente ao movimento, o que denota que há inúmeras possibilidades

de estudo. Há um grande potencial para ser estudo pela Geografia, pois os objetivos das comunidades de ecovilas se materializam no espaço e o uso do seu território garante uma possibilidade de resistência a parte das mazelas oriundas do processo de urbanização. É e através de ações cotidianas realizadas dentro deste território que possibilita alcançar os objetivos das comunidades. Desta forma as competências e os *habitus* incorporados durante o processo de formação do indivíduo, será refeito, ou seja, será aprendido novos os necessários para se envolver com o movimento.

As ecovilas se territorializaram e são espaços de referências para uma vida mais sustentável, que seja viável para os moradores e para o meio físico. Representam a materialização de uma ideia contrária aos valores dominantes, são movimento de contracultura. E ao usar o território para cumprir com seus objetivos, materializar seus anseios, forma uma contracultura espacial. Logo a espacialização de um movimento que começa no íntimo, pois cada membro deve se engajar de maneira voluntária e logo se constitui como comunidade coesa com seus próprios valores e modos de vidas. Há uma característica que pode ser usada como exemplo de contraposição a globalização, é o fato das ecovilas utilizarem bastante a prática científica para cumprir um propósito diferente do lucro indiscriminado.

Referências bibliográficas

ALMADA, J. A. B. DE. DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO USADO: UMA REFLEXÃO SOBRE A CATEGORIA DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO. **VII Congresso brasileiro de geógrafos**, ago. 2014.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43–56, 2007.

BRASIL), C. DE ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS DAS A. (CASA. **ASSENTAMENTO HUMANOS SUSTENTÁVEIS**. Disponível em: <<https://www.redecasabrasil.org/assentamentos-sustentaveis>>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARNEIRO, M. **EaD IBC -doc. Comunidade em Transição (visita virtual)**. Alto Paríso - GO, Brasil IBC Cerrado, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OwRUGYAMlsg&t=5736s>>

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9–38, 2007.
FILHO, S. FAUSTO G. POR UMA GEOGRAFIA DO SAGRADO. GIL FILHO, Sylvio Fausto 1. [s.d.].

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editor Loyola, 2009.

JUNIOR, S. JOSÉ DOS SANTOS. **Zelosamente Habitando a Terra : Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas**. Tese (Doutorado em Geografia) —Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2016.

KAMINSKI, L. F. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, v. 09, p. 467–493, 2016.

LOPES, R. L. Nova Gokula e Lothlorien: contracultura e comunidades alternativas em tempos de redemocratização (1978-1984). **Encontro estadual de história : história e movimentos sociais**, [s.d.].

- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, p. 95–112, 2002.
- METTEI, L. Novas Dimensões Sócioeconômicas do Espaço Rural Brasileiro. **Documentos Técnico-Científicos**, 2015.
- PIO, J. Neorurais trocam cidade pelo campo em busca de um novo estilo de vida. **O estado de São Paulo**, 2020.
- PRADO, G. Í. G. **Ecovilas: história, práticas e a busca por uma ‘nova’ economia**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/4636>>.
- ROYSEN, R. **Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- ROYSEN, R. **Desenvolvimento e difusão de práticas sociais sustentáveis no nicho das ecovilas no Brasil: o papel das relações sociais e dos elementos das práticas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Brasília DF: Universidade de Brasília, 2018a.
- ROYSEN, R. O Corpo E a Adoção De Práticas Sustentáveis: Estudo De Caso Em Uma Ecovila. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, n. 0, p. 1–11, 2018b.
- ROYSEN, R. **Morar no IBC** [Entrevista concedida a] Anderson Leite da Silva. Brasília DF, 2021.
- SANTOS, H. F. DOS; ALVES, F. D. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE TRABALHOS PUBLICADOS EM REVISTAS ELETRÔNICAS BRASILEIRAS Henrique Faria dos Santos. **Vii Congresso brasileiro de geógrafos**, 2014.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 20ª edição. Rio de Janeiro. Record, 2000.
- SANTOS, M. O papel ativo da Geografia. O manifesto. **Revista Tamoios, Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. v. 9.

SANTOS, S. M. DE A. **A família transnacional da Nova Era e a globalização do (((amor))) em Alto Paraíso de Goiás , Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia) —Brasília DF: Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, LUIS FERNANDO DE MATHEUS E. Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais. *Revista Geografias* v. 10, n. 1, p. 41–53, 2014.

SILVA, L. F. DE M. E. **Ilusão concreta , utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura**. Tese (Doutorado em Geografia humana)—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – A história de um livro. *Revista ACTA Geográfica*, p. 151–163, 2011a.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: História e sociedade e sociedade no início do século 21- A história de um livro. *ACT geográfica , Ed.Esp. Cidades na Amazônia Brasileira*, p. 151–163, 2011b.

SPERB, P. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. **BBC Brasil**, 2017.

TRUST, G. **GEN LIVING AND LEARNING CENTERS**. Disponível em: <<https://gaia.org/global-ecovillage-network/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 93, p. 5–26, 1986.

ZOUAIN, E. **Contracultura, experiência e juventude**, 2019. (Nota técnica).